

QUADRO COMPARATIVO DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios Multifuturo II

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO I – DO OBJETO	-	▪ Manutenção de texto
1.1 O presente Regulamento do Plano de Benefícios Multifuturo II tem por finalidade fixar as normas gerais do Plano de Benefícios Multifuturo II, detalhando as condições de concessão e de manutenção dos Benefícios e direito aos Institutos nele previstos, bem como os direitos e as obrigações da Patrocinadora, dos Participantes e de seus respectivos Dependentes.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES E SUAS APLICAÇÕES	-	▪ Manutenção de texto
Neste Regulamento, as expressões, as palavras, as abreviações e as siglas têm significado específico, definido neste Capítulo ou em Capítulo próprio, exceto se o contexto indicar, claramente, outro sentido e figuram sempre com a primeira letra em maiúsculo.	-	▪ Manutenção de texto
O masculino incluirá o feminino e vice-versa e o singular incluirá o plural e vice-versa, a menos que, sem qualquer dúvida, o contexto em que estiver inserido determine que se faça a distinção.	-	▪ Manutenção de texto
2.1 "Atuarialmente Equivalente": significa o valor calculado com base na taxa de juro, na tábua de mortalidade e outras taxas e tabelas adotadas pela Fundação para este Plano de Benefícios, em vigor na Data de Início do Benefício, conforme determinado pelo Atuário.	-	▪ Manutenção de texto
2.2 "Atuário": significa a pessoa física ou jurídica contratada pela Fundação com o propósito de conduzir avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria atuarial e correlatos, devendo ser, como pessoa física, membro do Instituto Brasileiro de Atuária ou, como pessoa jurídica, contar, em seu quadro de profissionais, com no	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	mínimo um membro do mesmo Instituto.		
2.3	"Benefícios": significa os Benefícios devidos aos Participantes e aos Dependentes deste Plano de Benefícios Multifuturo II.	-	▪ Manutenção de texto
2.4	"Conselho Deliberativo": significa o órgão de deliberação e orientação superior da Fundação.		
2.5	"Contribuição": significa as contribuições efetuadas pela Patrocinadora, pelos Participantes e Dependentes, descritas no Capítulo X deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
2.6	"Data de Início do Benefício": significa a data em que o Participante ou Dependente, conforme o caso, adquire o direito ao recebimento de Benefício previsto por este Plano, determinada em conformidade com o Capítulo XIII deste Regulamento.	2.6 "Data de Início do Benefício": significa a data em que o Participante ou Dependente, conforme o caso, adquire o direito ao recebimento de Benefício previsto por este Plano, determinada em conformidade com o Capítulo XII deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
2.7	"Data Efetiva do Plano": significa o dia 1º de junho de 2002.	-	▪ Manutenção de texto
2.8	"Dependente": significa o dependente do Participante, conforme definido no Capítulo III deste Regulamento, enquanto atender às condições nele previstas.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
2.9	"Fundação": significa a Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.	-	▪ Manutenção de texto
2.10	"INPC": significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observado o disposto no item 27.13 e seus subitens.	2.10 "INPC": significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observado o disposto no item 26.13 e seus subitens.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
2.11	"Instituto": significa os Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade e do Resgate, previstos neste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
2.12	"Participante": significa a pessoa física que ingressar neste Plano de Benefícios e mantiver essa qualidade nos termos deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
2.13	"Patrocinadora": são as pessoas jurídicas referidas no subitem 3.1.1, bem como as demais que tenham celebrado ou que venham a celebrar convênio de adesão com a Fundação, em relação a este Plano de Benefícios Multifuturo II.	2.13 "Patrocinadora": são Patrocinadoras deste Plano a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens - BESCOR, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa	▪ Alteração para elencar as Patrocinadoras do Plano de Benefícios Multifuturo II.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		Catarina - CODESC, a Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusc - SIM e a própria Fundação..	
2.14	"Plano de Benefícios I": significa o conjunto de benefícios conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios I.	-	▪ Manutenção de texto
2.15	"Plano de Benefícios Multifuturo II" ou "Plano de Benefícios" ou "Plano": significa o conjunto de Benefícios e Institutos previstos neste Regulamento, com as alterações que lhe forem introduzidas.	-	▪ Manutenção de texto
2.16	"Previdência Social": significa o órgão público que tem como objetivo reconhecer e conceder benefícios previdenciários aos seus beneficiários ou outro órgão de caráter oficial com objetivos similares.	-	▪ Manutenção de texto
2.17	"Regulamento do Plano de Benefícios I": significa o regulamento que estabelece as regras e condições do Plano de Benefícios I, que para todos os efeitos deste Regulamento será denominado Regulamento do Plano de Benefícios I.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
2.18	"Regulamento do Plano de Benefícios Multifuturo II" ou "Regulamento do Plano de Benefícios" ou "Regulamento": significa este documento que estabelece as disposições do Plano de Benefícios Multifuturo II, administrado pela Fundação, com as alterações que lhe forem introduzidas.	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
2.19	"Reserva Matemática Individual": significa o montante de recursos financeiros apurados atuarialmente, considerando, conceitualmente, as regras estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios I e as disposições inclusas no Capítulo XXVIII deste Regulamento.	2.19 "Reserva Matemática Individual": significa o montante de recursos financeiros apurados atuarialmente, considerando, conceitualmente, as regras estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios I e as disposições inclusas no Capítulo XXVII deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
2.20	"Retorno de Investimentos": significa o retorno dos investimentos efetuados com recursos deste Plano de Benefícios, apurado mensalmente, incluindo juros, dividendos, aluguéis, ganhos e perdas de capital realizados ou não e quaisquer outras rendas, deduzidos os tributos e os custos diretos e indiretos com administração dos investimentos, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento.	2.20 "Retorno de Investimentos": significa o retorno dos investimentos efetuados com recursos deste Plano de Benefícios, apurado mensalmente, incluindo juros, dividendos, aluguéis, ganhos e perdas de capital realizados ou não e quaisquer outras rendas, deduzidos os tributos e os custos diretos e indiretos com administração dos investimentos .	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações), com supressão da parte final do item.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
2.21	"Salário-de-participação": significa a composição de valores que servirá de base para apuração das Contribuições e do Salário-real-de-benefício.		-	▪ Manutenção de texto
2.22	"Salário-real-de-benefício – SRB": significa o valor definido em conformidade com o disposto no Capítulo XIV deste Regulamento.	2.22	"Salário-real-de-benefício – SRB": significa o valor definido em conformidade com o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
2.23	"Saldo de Conta Total": significa o valor total do saldo das Contribuições registradas individualmente nas Contas de Participante e de Patrocinadora, previstas no Capítulo XI deste Regulamento.		-	▪ Manutenção de texto
2.24	"Tempo de Vinculação ao Plano – TVP": significa o período de vinculação do Participante neste Plano de Benefícios, conforme definido no Capítulo VIII deste Regulamento.		-	▪ Manutenção de texto
2.25	"Término do Vínculo Empregatício": significa a rescisão do contrato de trabalho do Participante com a Patrocinadora.		-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
2.26	"Transformação do Saldo de Conta Total": significa o processo de conversão do Saldo de Conta Total em renda mensal Atuarialmente Equivalente, quando se tratar de renda mensal vitalícia ou, em renda proporcional ao Saldo de Conta Total, quando se tratar de renda por prazo determinado ou percentual do Saldo de Conta Total.	-	▪ Manutenção de texto
2.27	"Unidade de Referência FUSESC – URF": significa o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em 1º/4/2001, atualizado mês a mês pela variação do INPC, a partir de maio de 2001, observado o disposto no item 27.11 deste Regulamento.	2.27 "Unidade de Referência FUSESC – URF": significa o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em 1º/4/2001, atualizado mês a mês pela variação do INPC, a partir de maio de 2001, observado o disposto no item 26.11 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO III – DOS MEMBROS DA FUNDAÇÃO	-	▪ Manutenção de texto
3.1 São membros da Fundação: I as Patrocinadoras; II os Participantes; III os Dependentes.	-	▪ Manutenção de texto
3.1.1 São Patrocinadoras deste Plano, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC e a própria Fundação.	REVOGADO	▪ Definição já prevista no item 2.13.
Seção I – Dos Participantes	-	▪ Manutenção de texto
3.2 São Participantes para efeito deste Regulamento: I os empregados das Patrocinadoras que tenham ingressado ou que venham a ingressar na Fundação, neste Plano de Benefícios, e que mantenham a qualidade de Participante nos	-	▪ Manutenção de texto

	REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	termos deste Regulamento;		
	II os ex-empregados das Patrocinadoras que se mantenham filiados a este Plano de Benefícios, nos termos e regras previstos neste Regulamento;		
	III aqueles que estejam recebendo Benefício previsto neste Regulamento.		
3.2.1	Enquadram-se no disposto no item 3.2 os participantes vinculados ao Plano de Benefícios I que optaram por este Plano de Benefícios, na forma e nos prazos estabelecidos neste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
3.3	São Participantes Fundadores os empregados das Patrocinadoras, vinculados a estas por relação de emprego vigente em 28/2/1978, que se inscreveram na Fundação, no Plano de Benefícios I, até 10/5/1978 e que optaram por este Plano de Benefícios, mantendo, de forma ininterrupta, a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios, na forma do disposto	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
3.3.1 A perda da qualidade de Participante na condição de Fundador é definitiva.	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
3.4 São Participantes não-Fundadores os empregados das Patrocinadoras que foram admitidos ou readmitidos a partir de 1º/3/1978 e que tenham ingressado na Fundação, no Plano de Benefícios I, e que optaram por este Plano de Benefícios, os empregados vinculados às Patrocinadoras por relação de emprego vigente em 28/2/1978, que se inscreveram no Plano de Benefícios I a partir de 11/5/1978, assim como os que venham a fazê-lo na forma deste Regulamento.	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
Seção II – Dos Dependentes	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
3.5 São Dependentes do Participante, observado o disposto nos subitens abaixo: I o cônjuge, o(a) companheiro(a), o ex-cônjuge ou o(a) ex-companheiro(a), desde que reconhecida a condição de	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
dependência pela Previdência Social;		
II filhos e enteados solteiros menores de 21 (vinte e um) anos de idade ou inválidos, desde que reconhecida a condição de dependência pela Previdência Social;		
III filhos e enteados solteiros, não enquadrados no inciso II deste item, menores de 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que estejam cursando ensino superior oficialmente reconhecido.		
3.5.1	Para efeito do disposto no inciso III do item 3.5, a condição de Dependente será verificada na Data de Início do Benefício, no dia subsequente aquele em que perder a condição de Dependente prevista no inciso II do item 3.5, se posterior à Data de Início do Benefício, e sempre que a Fundação julgar necessário, de acordo com critérios uniformes e não discriminatórios.	- ▪ Manutenção de texto
3.5.2	A inscrição de Dependente ocorrerá concomitantemente com o ingresso do Participante neste Plano de Benefícios, observada a	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	possibilidade de modificação posterior por parte do Participante ou Dependente prevista neste Capítulo.	
3.5.3	Será de responsabilidade do Participante, do Dependente ou do respectivo representante legal comunicar à Fundação eventual perda da dependência na Previdência Social ou da condição de Dependente deste Plano de Benefícios.	- ▪ Manutenção de texto
3.5.4	A perda da condição de dependente na Previdência Social implica, automaticamente, a perda da condição de Dependente neste Plano de Benefícios, exceto na hipótese prevista no inciso III do item 3.5 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
3.5.5	Os Dependentes do Participante que esteja em gozo de Benefício por este Plano serão aqueles declarados pelo Participante na data do requerimento do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional, observado o disposto nos subitens 3.5.6, 3.5.7 e 3.5.8 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
3.5.6 Aos Participantes em gozo de Benefício por este Plano será assegurado o direito de incluir, alterar e excluir, após a data do 1º (primeiro) pagamento do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional, os seus Dependentes, observado o disposto nos subitens subsequentes.	-	▪ Manutenção de texto
3.5.7 O pedido de inclusão e exclusão de Dependente ou alteração de dados de Dependentes já declarados por parte de Participante em gozo de Benefício de renda mensal vitalícia, após a concessão do respectivo Benefício, somente se efetivará depois de efetuada análise atuarial. A inclusão e o pedido de alteração de dados de Dependentes poderão resultar na redefinição do valor do Benefício de forma a corresponder à provisão matemática de Benefício concedido, observado o disposto nos subitens 3.5.8 e 3.5.9 deste Regulamento. A exclusão não dará ensejo à redefinição do valor do Benefício.	-	▪ Manutenção de texto
3.5.8 Caso a redefinição do valor do Benefício mencionada no subitem	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
3.5.9	Não havendo interesse do Participante em reduzir o valor do Benefício ou mesmo em recolher à Fundação a diferença de provisão matemática mencionada no subitem 3.5.8, este deverá informar à Fundação por escrito. Neste caso, será desconsiderada pela Fundação, para todos os efeitos do disposto neste Regulamento, a inclusão de Dependente.	- ▪ Manutenção de texto
3.5.10	No caso da redefinição do valor do Benefício mencionada no subitem 3.5.7, em função da alteração de dados, resultar em redução do	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Benefício, a Fundação providenciará a redução do respectivo Benefício, a partir do mês seguinte ao do pedido formulado pelo Participante.		
3.5.11	No cálculo da Pensão por Morte devida em decorrência do falecimento do Participante que estava em gozo de Benefício por este Plano de Benefícios somente serão considerados os Dependentes declarados pelo Participante, observadas as inclusões, exclusões e alterações efetuadas em observância ao disposto nos subitens anteriores e às demais condições estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento.	3.5.11 No cálculo da Pensão por Morte devida em decorrência do falecimento do Participante que estava em gozo de Benefício por este Plano de Benefícios somente serão considerados os Dependentes declarados pelo Participante, observadas as inclusões, exclusões e alterações efetuadas em observância ao disposto nos subitens anteriores e às demais condições estabelecidas no Capítulo XVIII deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
3.5.12	A Fundação, considerando determinação judicial de inclusão de Dependentes, efetuará análise atuarial e a redefinição do valor do Benefício.	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
3.5.13	Ocorrendo o falecimento de Participante que não estiver recebendo Benefício na forma de renda mensal vitalícia e não existindo Dependentes inscritos, a estes será lícito promover a inscrição,	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
observadas as disposições deste Regulamento.		

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO IV – DO INGRESSO OU REINGRESSO		-	▪ Manutenção de texto
4.1	O ingresso de Participante na Fundação, neste Plano de Benefícios, e a manutenção dessa qualidade são pressupostos indispensáveis à obtenção por este ou por seus Dependentes de qualquer dos Benefícios e Institutos previstos neste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
4.2	O pedido de ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios, deverá ser efetuado pelo interessado que tiver celebrado contrato individual de trabalho com a Patrocinadora, mediante a manifestação formal de vontade.	-	▪ Manutenção de texto
4.2.1	O empregado reintegrado na Patrocinadora, ao qual não se aplique a sistemática definida no Capítulo VI, poderá ingressar neste Plano de Benefícios, mediante a manifestação formal da vontade.	-	▪ Manutenção de texto
4.2.2	Caso o ingresso do Participante neste Plano de Benefícios ocorra a partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia contado da data da celebração	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	do contrato individual de trabalho com a Patrocinadora, a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte previstas neste Regulamento serão calculadas proporcionalmente ao Tempo de Vinculação ao Plano do Participante.	
4.2.3	O disposto no subitem 4.2.2 não se aplica aos Participantes do Plano de Benefícios I que optaram por este Plano de Benefícios na forma prevista no Capítulo XXVIII e aos reintegrados que se enquadrem no disposto no subitem 4.2.1 ou no Capítulo VI deste Regulamento.	<div>4.2.3</div> <div>O disposto no subitem 4.2.2 não se aplica aos Participantes do Plano de Benefícios I que optaram por este Plano de Benefícios na forma prevista no Capítulo XXVII e aos reintegrados que se enquadrem no disposto no subitem 4.2.1 ou no Capítulo VI deste Regulamento.</div> <div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens. </div>
4.3	Aos Participantes vinculados ao Plano de Benefícios I será assegurado o direito de optar por pertencer a este Plano de Benefícios, observadas as condições estabelecidas no Capítulo XXVIII deste Regulamento.	<div>4.3</div> <div>Aos Participantes vinculados ao Plano de Benefícios I será assegurado o direito de optar por pertencer a este Plano de Benefícios, observadas as condições estabelecidas no Capítulo XXVII deste Regulamento.</div> <div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens. </div>
4.4	Os Participantes deste Plano de Benefícios poderão optar por portar para este Plano de Benefícios os recursos oriundos de outro plano de benefícios de entidade de	<div>-</div> <div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto </div>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	previdência complementar ou de companhia seguradora.		
4.5	O ingresso de Participante ou a inscrição de Dependente processados mediante a infringência de qualquer norma legal ou regulamentar serão nulos de pleno direito e não produzirão nenhum efeito, sendo cancelados em qualquer época sem prejuízo da responsabilidade civil e penal pelo ato praticado.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO V – DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE		-	▪ Manutenção de texto
Seção I – Do Instituto do Autopatrocínio		-	▪ Manutenção de texto
5.1	O Instituto do Autopatrocínio é aquele que permite ao Participante manter o pagamento de suas Contribuições e as de Patrocinadora em caso de perda parcial ou total da remuneração em Patrocinadora, observado o disposto nesta Seção.	-	▪ Manutenção de texto
5.2	O Participante que na data do Término do Vínculo Empregatício não tenha direito a receber o Benefício de Aposentadoria Normal, nem de Aposentadoria por Invalidez e não tenha requerido a Aposentadoria Antecipada, nem optado pelos Institutos da Portabilidade, do Resgate e do Benefício Proporcional Diferido poderá optar pelo Instituto do Autopatrocínio, permanecendo neste Plano de Benefícios na condição de autopatrocinado, desde que assuma, além das suas, as Contribuições de Patrocinadora previstas neste Regulamento, inclusive as	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	destinadas ao custeio das despesas administrativas, exceto a Contribuição Suplementar.		
5.2.1	A opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá ser manifestada pelo Participante, por meio de termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 27.1 deste Regulamento.	5.2.1 A opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá ser manifestada pelo Participante, por meio de termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 26.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
5.2.2	Na hipótese de o Participante optar pelo Instituto do Autopatrocínio, será considerada como data do início da continuidade de vinculação ao Plano de Benefícios Multifuturo II o dia imediatamente posterior ao do desligamento da respectiva Patrocinadora, inclusive para efeito do recolhimento das Contribuições devidas a este Plano.	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
5.2.3	A opção pelo Instituto do Autopatrocínio não impede a posterior opção pelo Instituto da Portabilidade, do Resgate nem do Benefício Proporcional Diferido, observadas as demais disposições	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>5.3</p> <p>O Participante que mantiver vinculação empregatícia com Patrocinadora e que vier a sofrer perda parcial ou total de remuneração que compõe o Salário-de-participação pago pela Patrocinadora, exceto nas hipóteses de licença sem remuneração e afastamento por doença ou acidente, conforme disposto nos itens 5.4 e 5.5, poderá optar pelo Instituto do Autopatrocínio, para assegurar a percepção dos Benefícios nos níveis correspondentes à remuneração anterior.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.3.1</p> <p>A opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá ser formulada pelo Participante, por meio de requerimento a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da ocorrência.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.3.2</p> <p>O Participante que optar pelo Instituto do Autopatrocínio deverá assumir cumulativamente as Contribuições de Participante e de Patrocinadora, exceto a Contribuição</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Suplementar, correspondentes à aplicação dos percentuais definidos na forma do Capítulo X sobre o seu Salário-de-participação, no caso de perda total de remuneração, ou sobre a parcela reduzida do Salário-de-participação, sendo estas Contribuições devidas durante o período em que subsistir a perda total ou parcial de remuneração na Patrocinadora.</p>		
<p>5.3.3 O Participante que não efetuar o recolhimento das Contribuições oriundas da opção pelo Instituto do Autopatrocínio por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados perderá, definitivamente, o direito de se beneficiar das disposições constantes do item 5.3, sendo vedada qualquer restituição ou recebimento destes valores, exceto nas formas previstas neste Regulamento e, no caso de perda total de remuneração, será aplicado o disposto no item 7.1 deste Regulamento, desde que o Participante seja previamente notificado, por meio de correspondência com aviso de</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>5.3.4</p> <p>Perderá a qualidade de Participante aquele que sofrer perda total da remuneração e optar por não contribuir para este Plano de Benefícios ou não se manifestar no prazo estabelecido no subitem 5.3.1, ressalvada a exceção prevista para a perda de remuneração em decorrência do afastamento do trabalho por motivo de doença ou acidente.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.4</p> <p>O Participante que se licenciar da Patrocinadora sem remuneração poderá optar pelo Instituto do Autopatrocínio, permanecendo neste Plano de Benefícios na condição de autopatrocinado, desde que assuma, além das suas, as Contribuições de Patrocinadora previstas neste Regulamento, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas, exceto a Contribuição Suplementar.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.4.1</p> <p>A opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá ser formulada pelo Participante, por meio de requerimento a ser apresentado, por</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do início da licença.	
5.4.2	Na hipótese de o Participante optar pelo Instituto do Autopatrocínio, será considerada como data de início da continuidade de vinculação ao Plano de Benefícios Multifuturo II a data de início da licença, inclusive para efeito do recolhimento das Contribuições devidas a este Plano.	- ▪ Manutenção de texto
5.4.3	A ausência de manifestação no prazo previsto no subitem 5.4.1 ou a opção do Participante no sentido de não contribuir para este Plano de Benefícios, durante o período de licença, acarretará a perda definitiva da qualidade de Participante deste Plano de Benefícios.	- ▪ Manutenção de texto
5.5	O Participante afastado do trabalho em Patrocinadora, por motivo de doença ou acidente, poderá optar pelo Instituto do Autopatrocínio.	- ▪ Manutenção de texto
5.5.1	A opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá ser formulada pelo Participante, por meio de requerimento a ser apresentado, por	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do afastamento do trabalho.	
5.5.2	O Participante que fizer a opção pelo Instituto do Autopatrocínio deverá assumir as Contribuições de Participante, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas, sendo estas Contribuições devidas durante o período em que subsistir o afastamento do trabalho em Patrocinadora por motivo de doença ou acidente.	- ▪ Manutenção de texto
5.5.3	Caso o Participante faça a opção pelo Instituto do Autopatrocínio, caberá à Patrocinadora o recolhimento das Contribuições de sua responsabilidade, previstas neste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
5.5.4	O Participante afastado que optar por não contribuir ficará também desobrigado de recolher os valores destinados ao custeio das despesas administrativas de que trata o item 10.16, ficando a Patrocinadora igualmente desobrigada da referida	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>5.5.5 A ausência de manifestação ou a opção do Participante no sentido de não contribuir para este Plano de Benefícios durante o período de afastamento do trabalho em Patrocinadora, por doença ou acidente, não modifica, tão-somente, a sua qualidade de Participante perante o Plano de Benefícios, embora reflita no valor dos Benefícios e dos Institutos.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.5.6 O disposto no item 5.5 e seus subitens não se aplica ao Participante que optou pelo Instituto do Autopatrocínio, em razão do Término do Vínculo Empregatício ou da licença sem remuneração.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>Seção II – Do Instituto do Benefício Proporcional Diferido</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>5.6 O Instituto do Benefício Proporcional Diferido é aquele que permite ao Participante, em razão do Término do Vínculo Empregatício, optar por receber, em tempo futuro, o Benefício decorrente dessa opção.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>5.7 O Participante que na data do Término do Vínculo Empregatício não tenha direito a receber o Benefício de Aposentadoria Normal, nem de Aposentadoria por Invalidez e não tenha requerido a Aposentadoria Antecipada, nem optado pelos Institutos do Autopatrocínio, do Resgate e da Portabilidade poderá, desde que tenha, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano – TVP – optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
<p>5.7.1 A opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverá ser manifestada pelo Participante, por meio de termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 27.1 deste Regulamento.</p>	<p>5.7.1 A opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverá ser manifestada pelo Participante, por meio de termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 26.1 deste Regulamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
<p>5.7.2 O Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido manterá a qualidade de Participante, tendo seu direito adstrito ao disposto no Capítulo XVIII</p>	<p>5.7.2 O Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido manterá a qualidade de Participante, tendo seu direito adstrito ao disposto no Capítulo XVII</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	deste Regulamento.	deste Regulamento.	renumeração dos Capítulos e itens.
5.7.3	Ressalvadas as hipóteses previstas nos subitens 5.7.4 e 5.7.5, a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido representa a interrupção imediata de qualquer Contribuição a este Plano de Benefícios, salvo aquelas devidas até a data do Término do Vínculo Empregatício, adquirindo novamente a obrigação de contribuir quando passar a receber o Benefício Proporcional.	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
5.7.4	O Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido assumirá o custeio das despesas administrativas estipuladas neste Regulamento.	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
5.7.5	Na data da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, o Participante poderá optar pela garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte previstos, respectivamente, nos itens 17.2 e 19.7, assumindo a Contribuição de Risco prevista neste	5.7.5 Na data da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, o Participante poderá optar pela garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte previstos, respectivamente, nos itens 16.2 e 18.7 , assumindo a Contribuição de Risco prevista neste	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

	REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Regulamento.	Regulamento.	
5.7.6	O Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido não efetuará aporte específico a este Plano de Benefícios.	-	▪ Manutenção de texto
5.7.7	A opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido não impede a posterior opção pelo Instituto da Portabilidade nem do Resgate, observadas as demais disposições deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
5.8	Caso o Participante, ao se desligar da Patrocinadora, não tenha direito a receber Benefício de Aposentadoria por este Plano de Benefícios e não opte pelos Institutos do Autopatrocínio, da Portabilidade, do Resgate e do Benefício Proporcional Diferido, nos prazos estipulados neste Regulamento, terá presumida pela Fundação a sua opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, desde que o Participante tenha, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano na data do Término do Vínculo	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Empregatício.		
5.8.1	Na hipótese da presunção da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, serão aplicadas as condições estipuladas nesta Seção, observado o disposto no subitem 5.8.2 deste Regulamento.	-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto
5.8.2	O Participante que tiver presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido não terá direito de optar pela garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte, previstos, respectivamente, nos itens 17.2 e 19.7 deste Regulamento.	5.8.2 O Participante que tiver presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido não terá direito de optar pela garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte, previstos, respectivamente, nos itens 16.2 e 18.7 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO VI – DA REINTEGRAÇÃO		-	▪ Manutenção de texto
6.1	O restabelecimento da qualidade de Participante do empregado reintegrado à respectiva Patrocinadora, administrativamente ou em decorrência de sentença judicial, se dará nas condições estabelecidas neste Capítulo, salvo se decisão judicial dispuser o contrário.	-	▪ Manutenção de texto
6.1.1	Efetivado o restabelecimento da qualidade de Participante, serão assegurados a este todos os direitos e obrigações previstos neste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
6.2	Ocorrendo a hipótese prevista no item 6.1 e sendo a Patrocinadora responsável pelo pagamento total da remuneração no período decorrido desde a data da demissão até a data da reintegração, o restabelecimento da qualidade de Participante se dará mediante o pagamento das Contribuições devidas e não pagas, quando for o caso, pelo Participante e pela Patrocinadora, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	reintegração, quando esta for administrativa ou judicial.	
6.2.1	As Contribuições de que trata o item 6.2 serão atualizadas monetariamente pela variação do INPC e acrescidas de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, desde a data em que seriam devidas, até a data do efetivo pagamento à Fundação.	- ▪ Manutenção de texto
6.2.2	No caso de o Participante ter recebido, por ocasião do seu desligamento, o Resgate ou ter optado pelo Instituto da Portabilidade, este deverá devolver à Fundação os valores pagos ou portados, em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização e juros previstos no subitem 6.2.1, considerando para este efeito o período decorrido desde a data do recebimento até a data do efetivo pagamento à Fundação.	- ▪ Manutenção de texto
6.3	Na hipótese de ocorrer a reintegração de Participante, sem a obrigatoriedade de a Patrocinadora efetuar o pagamento da remuneração relativa ao período	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	decorrido desde a data da demissão até a data da reintegração, o restabelecimento da qualidade de Participante estará condicionado ao pagamento pelo Participante das Contribuições devidas e não pagas, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da reintegração, quando esta for administrativa ou judicial.	
6.3.1	As Contribuições relativas à parcela da Patrocinadora e do Participante de que trata o item 6.3 serão devidas pelo Participante e ambas corresponderão aos valores apurados da mesma forma estabelecida neste Regulamento para o Participante que optar pelo Instituto do Autopatrocínio previsto no item 5.2 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
6.3.2	As Contribuições de que trata o subitem 6.3.1 serão atualizadas monetariamente pela variação do INPC e acrescidas de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, desde a data em que seriam devidas até a data do efetivo pagamento à Fundação.	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>6.3.3 No caso de o Participante ter recebido, por ocasião do seu desligamento, o Resgate ou ter optado pelo Instituto da Portabilidade, este deverá devolver à Fundação os valores pagos ou portados, em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas pela variação do INPC e acrescidas de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, considerando para este efeito o período decorrido desde a data do recebimento até a data do efetivo pagamento à Fundação.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>6.4 O restabelecimento da qualidade de Participante em decorrência de determinação judicial proferida nos autos de processo movido contra a Fundação implicará, automaticamente, o pagamento das Contribuições devidas e não pagas pela respectiva Patrocinadora e pelo Participante.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>6.5 O Participante que optou pelo Instituto do Autopatrocínio, na forma do disposto no item 5.2, ou do Benefício Proporcional Diferido, ou que tiver a opção por este último</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Instituto presumida, e que for reintegrado à Patrocinadora, em decorrência de processo administrativo ou decisão judicial, será enquadrado, no que couber, no disposto nos itens 6.2 e 6.3 deste Regulamento, efetuando-se os ajustes financeiros necessários quando do trânsito em julgado da sentença ou decisão administrativa definitiva.</p>		
<p>6.6 Se a reintegração deferida em liminar, prevista neste Capítulo, não se tornar definitiva, em decorrência de sentença judicial já transitada em julgado, deverão ser adotadas as seguintes providências:</p> <p>I manutenção da qualidade de Participante para o reintegrado na forma do item 6.5, na hipótese de já estar recebendo Benefício de Aposentadoria ou Benefício Proporcional deste Plano de Benefícios em data anterior ao trânsito em julgado da sentença, bem como a manutenção da Pensão por Morte, se já concedida a seus Dependentes;</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>II manutenção da qualidade de Participante com retorno automático à condição de autopatrocinado no caso daquele mencionado no item 6.5, que já detinha essa condição antes da reintegração provisória, exceção feita ao disposto no inciso I deste item;</p> <p>III cancelamento da reintegração processada na forma dos itens 6.2, 6.3 e 6.4, com a devolução, pela Fundação, dos valores mencionados nos referidos itens a quem efetuou o pagamento indevidamente, atualizados monetariamente, com base na variação do INPC, e acrescidos de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, no período decorrido desde a data do recebimento até a data do efetivo pagamento.</p> <p>6.6.1 O ex-Participante reintegrado, abrangido pelo disposto no inciso III do item 6.6, fica obrigado a devolver à Fundação, em parcela única, os valores eventualmente por ele recebidos, relativos a este Plano de Benefícios Multifuturo II, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
ciência do fato, devidamente atualizados pela variação do INPC e acrescidos de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, no período decorrido desde a data do recebimento até a data do efetivo pagamento.		
6.7 O Participante em gozo de Benefício de Aposentadoria ou de Benefício Proporcional, previstos neste Regulamento, que for reintegrado à Patrocinadora, estará sujeito ao disposto neste Capítulo, no que couber, sendo efetivados os ajustes necessários relativos às Contribuições e aos Benefícios.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO VII – DA PERDA DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE	-	▪ Manutenção de texto
7.1 Perderá a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios aquele que:	-	▪ Manutenção de texto
I falecer;	-	▪ Manutenção de texto
II requerer o desligamento deste Plano de Benefícios;	-	▪ Manutenção de texto
III deixar de ser empregado de Patrocinadora, ressalvados os casos em que o Participante tiver preenchido as condições para recebimento de Benefício de Aposentadoria, da opção pelo Instituto do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido ou, ainda, da presunção pela Fundação do Instituto do Benefício Proporcional Diferido;	-	▪ Manutenção de texto
IV licenciar-se sem remuneração em Patrocinadora e não optar pelo Instituto do Autopatrocínio, conforme previsto no item 5.4 deste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
V tiver perda total da remuneração e não optar pelo Instituto do Autopatrocínio, salvo nos casos de afastamento por doença ou acidente, conforme previsto no subitem 5.5.5 deste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto
VI deixar de recolher, por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, o valor de sua Contribuição nas datas devidas, inclusive as Contribuições de Risco e aquelas devidas para custeio das despesas administrativas, desde que previamente notificado, por meio de correspondência, com aviso de recebimento;	-	▪ Manutenção de texto
VII tiver optado por receber Benefício na forma de renda mensal por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total, quando este esgotar;	-	▪ Manutenção de texto
VIII optar pelo Instituto da Portabilidade ou do Resgate;	-	▪ Manutenção de texto
IX tiver sua reintegração cancelada nos termos do inciso III do	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
item 6.6 deste Regulamento;	X receber Benefício, na forma de pagamento único ou em até 3 (três) parcelas, conforme disposto no item 12.12 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
7.1.1	A perda da qualidade de Participante, exceto pelo motivo disposto no inciso I do item 7.1, acarreta, de pleno direito, a perda da condição dos respectivos Dependentes, independentemente de qualquer aviso ou notificação.	-
7.1.2	Para efeito do disposto no inciso VI do item 7.1, o Participante, após a inadimplência de 2 (dois) meses consecutivos ou de 5 (cinco) meses alternados do valor de suas Contribuições, será notificado da necessidade do pagamento dessas Contribuições, sob pena de perder a sua qualidade de Participante, a partir do dia subsequente ao do vencimento da 3ª (terceira) ou da 6ª (sexta) Contribuição devida e não	-

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	paga, conforme o caso.	
7.1.3	A data da perda de qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso I do item 7.1, será o dia subsequente ao do falecimento.	- ▪ Manutenção de texto
7.1.4	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do item 7.1, será o dia do respectivo requerimento.	- ▪ Manutenção de texto
7.1.5	A data da perda da qualidade de Participante, na hipótese prevista no inciso III do item 7.1, será o dia subsequente ao de vencimento do prazo definido no subitem 5.2.1 para manutenção do vínculo com a Fundação, ou o dia da opção pelo Instituto do Resgate ou da Portabilidade, quando esta ocorrer primeiro.	- ▪ Manutenção de texto
7.1.6	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos IV e V do item 7.1, será o dia subsequente ao de vencimento do prazo definido nos subitens 5.3.1 e	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	5.4.1 deste Regulamento.		
7.1.7	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso VI do item 7.1, será o dia subsequente ao do vencimento da 3ª (terceira) Contribuição consecutiva ou da 6ª (sexta) alternada.	-	▪ Manutenção de texto
7.1.8	Constituir-se-á exceção ao disposto no inciso VI do item 7.1, quando não houver o recolhimento das Contribuições na época devida, em razão de encontrar-se pendente, junto à Fundação, o pedido de continuidade de vinculação a este Plano.	-	▪ Manutenção de texto
7.1.9	O Participante desligado da Fundação pelos motivos dispostos nos incisos II, IV, V e VI do item 7.1 somente terá direito ao Resgate após a data do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora, observadas as demais condições constantes do Capítulo XXIII deste Regulamento.	7.1.9 O Participante desligado da Fundação pelos motivos dispostos nos incisos II, IV, V e VI do item 7.1 somente terá direito ao Resgate após a data do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora, observadas as demais condições constantes do Capítulo XXII deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
7.1.10	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da	7.1.10 A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da	▪ Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	hipótese prevista no inciso VII do item 7.1, será o dia em que esgotar o saldo de conta, ou o dia em que receber o Benefício correspondente na forma de pagamento único ou em 3 (três) parcelas, em conformidade com o item 13.12 deste Regulamento.	hipótese prevista no inciso VII do item 7.1, será o dia em que esgotar o saldo de conta, ou o dia em que receber o Benefício correspondente na forma de pagamento único ou em 3 (três) parcelas, em conformidade com o item 12.12 deste Regulamento.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
7.1.11	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso VIII do item 7.1, será o dia da opção pelo Instituto da Portabilidade ou do Resgate.	-	▪ Manutenção de texto
7.1.12	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso IX do item 7.1, será o dia subsequente da data do cancelamento da reintegração.	-	▪ Manutenção de texto
7.1.13	A data da perda da qualidade de Participante, na ocorrência da hipótese prevista no inciso X do item 7.1, será o dia do pagamento da última parcela do Benefício.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO VIII – DO TEMPO DE VINCULAÇÃO AO PLANO – TVP		-	▪ Manutenção de texto
8.1	Para fins deste Regulamento, Tempo de Vinculação ao Plano – TVP – significa o período de vinculação a este Plano de Benefícios, contado a partir do último ingresso do Participante na Fundação, neste Plano de Benefícios ou, obrigatoriamente, do reingresso, quando ocorrer esta hipótese, observado o disposto nos subitens 8.1.1 e 8.1.2 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
8.1.1	O Participante vinculado ao Plano de Benefícios I que optar por pertencer a este Plano de Benefícios, mediante a assinatura do instrumento de que trata o Capítulo XXVIII deste Regulamento, terá adicionado, uma única vez, ao Tempo de Vinculação ao Plano – TVP – o período de vinculação ao Plano de Benefícios I, para todos os efeitos deste Regulamento.	8.1.1 O Participante vinculado ao Plano de Benefícios I que optar por pertencer a este Plano de Benefícios, mediante a assinatura do instrumento de que trata o Capítulo XXVII deste Regulamento, terá adicionado, uma única vez, ao Tempo de Vinculação ao Plano – TVP – o período de vinculação ao Plano de Benefícios I, para todos os efeitos deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
8.1.2	O tempo de serviço prestado às Patrocinadoras pelo Participante Fundador que tenha mantido	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
8.2	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
8.2.1	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
8.2.2	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Vinculação ao Plano cessará na data em que o Participante preencher as condições necessárias à percepção do Benefício Proporcional ou quando o Participante ou seu Dependente, conforme o caso, entrar em gozo de Benefício deste Plano de Benefícios, o que primeiro ocorrer.</p> <p>8.3 O Tempo de Vinculação ao Plano não será considerado interrompido nos casos de afastamento do trabalho por motivo de doença ou acidente.</p>	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO IX – DO SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO		-	▪ Manutenção de texto
9.1	O Salário-de-participação é o valor que servirá de base para apuração do valor das Contribuições e do Salário-real-de-benefício – SRB – definidos neste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
9.2	O Salário-de-participação do Participante que mantiver vinculação empregatícia com a Patrocinadora corresponderá ao total das parcelas remuneratórias normais pagas por Patrocinadora ao Participante, observado o disposto nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 deste Regulamento.		
9.2.1	Considera-se parcela remuneratória normal a que seria objeto de desconto para a Previdência Social, caso não existisse qualquer limite superior de contribuição para esse respectivo órgão, observado o disposto no subitem 9.2.2 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
9.2.2	Não se consideram parcelas remuneratórias normais as verbas relativas ao auxílio-creche, às diárias, à licença-prêmio, à	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	participação nos lucros da empresa e ajudas de custo referentes a aluguel, a transporte e a quilometragem.			
9.2.3	O 13º (décimo-terceiro) salário é considerado Salário-de-participação para efeito exclusivo de cálculo de Contribuição, não sendo computado para o cálculo do Salário-real-de-benefício referido no Capítulo XIV deste Regulamento.	9.2.3	O 13º (décimo-terceiro) salário é considerado Salário-de-participação para efeito exclusivo de cálculo de Contribuição, não sendo computado para o cálculo do Salário-real-de-benefício referido no Capítulo XIII deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
9.3	O Salário-de-participação do Participante que mantiver vínculo empregatício com mais de uma Patrocinadora corresponderá ao somatório das parcelas recebidas mensalmente das Patrocinadoras, observado o disposto no item 9.2 e nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 deste Regulamento.		-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
9.4	O Salário-de-participação inicial do Participante que optar pelo Instituto do Autopatrocínio em decorrência de Término do Vínculo Empregatício corresponderá ao Salário-de-participação mensal que teria direito no mês do Término do Vínculo Empregatício, atualizado na forma do		-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	disposto no subitem 9.4.1 deste Regulamento.		
9.4.1	O Salário-de-participação de que trata o item 9.4 será atualizado na mesma época e com o mesmo índice do reajuste coletivo de salários concedido pela respectiva Patrocinadora a seus empregados.	-	▪ Manutenção de texto
9.5	O Salário-de-participação do Participante que estiver licenciado sem remuneração e optar pelo Instituto do Autopatrocínio corresponderá ao Salário-de-participação mensal que teria direito no mês da licença sem remuneração.	-	▪ Manutenção de texto
9.5.1	O Salário-de-participação de que trata o item 9.5 será atualizado na mesma época e com o mesmo índice do reajuste coletivo de salários concedido pela respectiva Patrocinadora a seus empregados.	-	▪ Manutenção de texto
9.6	O Salário-de-participação do Participante que estiver afastado do trabalho em Patrocinadora por motivo de doença ou acidente e que optar pelo Instituto do Autopatrocínio corresponderá ao total das parcelas	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	remuneratórias normais que teria direito a receber da Patrocinadora caso estivesse em atividade, observadas as demais disposições deste Capítulo.	
9.6.1	Para o Participante que estiver afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente e que não optar pelo disposto no item 5.5, o Salário-de-participação será igual a zero.	- ▪ Manutenção de texto
9.7	Para o Participante do sexo feminino que estiver em gozo de licença maternidade, o Salário-de-participação corresponderá ao valor das parcelas remuneratórias normais pagas mensalmente pela Patrocinadora ou pela Previdência Social, conforme legislação vigente à época.	- ▪ Manutenção de texto
9.8	O Salário-de-participação do Participante que optar pelo Instituto do Autopatrocínio em razão de perda total da remuneração, conforme previsto no item 5.3, corresponderá inicialmente ao valor definido em conformidade com o item 9.2 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
9.8.1 O Salário-de-participação de que trata o item 9.8 será atualizado na mesma época e proporção do reajuste coletivo de salários concedidos pela respectiva Patrocinadora.	-	▪ Manutenção de texto
9.9 Na hipótese de o Participante sofrer perda parcial da remuneração, o Salário-de-participação será composto pelo somatório da parcela remuneratória normal paga pela Patrocinadora e da parcela correspondente à perda parcial da remuneração, caso o Participante faça a opção por contribuir ao Plano de Benefícios sobre essa parcela.	-	▪ Manutenção de texto
9.9.1 O valor da parcela do Salário-de-participação correspondente à perda parcial será atualizado na mesma época e na mesma proporção do reajuste coletivo de salários concedidos pela respectiva Patrocinadora.	-	▪ Manutenção de texto
9.10 Para aquele que optar pelo Instituto do Autopatrocínio o Salário-de-participação utilizado para suprir o 13º (décimo terceiro) salário será idêntico ao vigente na competência	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	de dezembro de cada ano.		
9.10.1	O Salário-de-participação de que trata o item 9.10, nos meses de início e cessação de vinculação ao Plano, corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor do referido Salário do mês de dezembro de cada ano, em tantos quantos forem os meses em que o Participante manteve essa qualidade no exercício, até o máximo de 12/12 (doze doze avos).	-	▪ Manutenção de texto
9.11	Para o Participante que estiver em gozo de Benefício de Aposentadoria ou de Benefício Proporcional por este Plano de Benefícios, o Salário-de-participação corresponderá ao valor do Benefício pago pela Fundação.	-	▪ Manutenção de texto
9.12	Para o Participante que tenha optado ou que tiver presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido será considerado como Salário-de-participação inicial aquele que teria direito no mês do Término do Vínculo Empregatício, atualizado na forma prevista no subitem 9.12.1 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
9.12.1	O Salário-de-participação de que trata o item 9.12 será atualizado na mesma época e com o mesmo índice do reajuste coletivo de salários concedido pela respectiva Patrocinadora a seus empregados.	-	▪ Manutenção de texto
9.12.2	O Salário-de-participação de que trata o item 9.12 será utilizado para efeito de apuração da Contribuição destinada ao custeio das despesas administrativas e da Contribuição de Risco, conforme opção do Participante.	-	▪ Manutenção de texto
9.12.3	O Salário-de-participação de que trata o item 9.12 será considerado, apenas, até a data da concessão do Benefício Proporcional, quando então será aplicado o disposto no item 9.11 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO X – DAS CONTRIBUIÇÕES E DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS	-	▪ Manutenção de texto
Seção I – Das Contribuições	-	▪ Manutenção de texto
10.1 A Contribuição Básica mensal obrigatória do Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de, no mínimo, 2,0% (dois por cento) e, no máximo, de 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) sobre o Salário-de-participação.	-	▪ Manutenção de texto
10.1.1 A opção de que trata o item 10.1 deverá ser efetuada no mês de ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios, vigorando a partir deste mês, e, posteriormente, no mês de novembro de cada ano, para vigorar no exercício subsequente, observado o disposto nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.1.2 A ausência de manifestação, na data de ingresso, autorizará a Fundação a proceder ao desconto da Contribuição Básica apurada, considerando o percentual de 2,0%	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
(dois por cento).		
10.1.3 Na hipótese de o Participante não informar, por escrito, no mês de novembro de cada ano o novo percentual escolhido, será mantido para o ano seguinte o percentual definido na opção realizada no exercício anterior ou o percentual estabelecido no subitem 10.1.2 deste Regulamento, conforme o caso.	-	▪ Manutenção de texto
10.1.4 Na hipótese de desligamento da Patrocinadora e no caso de perda total da remuneração em Patrocinadora, será facultado ao Participante o direito de alterar sua opção, respeitado o percentual mínimo estabelecido no item 10.1 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.1.5 A alteração do percentual da Contribuição de que trata o subitem 10.1.4 deverá ser efetuada por escrito, na mesma data em que o Participante formular a opção pelo Instituto do Autopatrocínio.	-	▪ Manutenção de texto
10.1.6 O disposto no subitem 10.1.4 será aplicado ao Participante que tenha sofrido perda total da remuneração e	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>retorne à atividade em Patrocinadora, cabendo, neste caso, promover a alteração, se assim desejar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do retorno à atividade.</p>	
10.2	<p>A Contribuição Adicional do Participante corresponderá a um percentual, livremente escolhido por este, aplicável sobre seu Salário-de-participação e/ou a um valor expresso em moeda corrente nacional determinado pelo Participante.</p>	<p>-</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
10.2.1	<p>Na hipótese de o Participante optar pela aplicação de um percentual, este deverá ser inteiro e não poderá ser inferior a 1% (um por cento).</p>	<p>-</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
10.2.2	<p>A opção pela Contribuição Adicional definida em percentual deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, no mês de ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios e, posteriormente, no mês de novembro de cada ano, data em que se estabelecerá o percentual inteiro, para vigorar no exercício subsequente, observado o disposto</p>	<p>-</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	no subitem 10.2.3 deste Regulamento.		
10.2.3	Na hipótese de o Participante não informar, por escrito, no mês de novembro de cada ano o novo percentual escolhido, será mantido para o ano seguinte o percentual definido na última opção realizada.	-	▪ Manutenção de texto
10.2.4	Na hipótese de desligamento da Patrocinadora e no caso de perda total da remuneração em Patrocinadora, será facultado ao Participante o direito de alterar sua opção.	-	▪ Manutenção de texto
10.2.5	A alteração de que trata o subitem 10.2.4 deverá ser efetuada, por escrito, na mesma data em que o Participante formular a opção pelo Instituto do Autopatrocínio.	-	▪ Manutenção de texto
10.2.6	O disposto no subitem 10.2.4 será aplicado ao Participante que tenha sofrido perda total da remuneração e retorne à atividade em Patrocinadora, cabendo, neste caso, promover a alteração, se assim desejar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do retorno à	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
atividade.		
10.2.7 A Contribuição Adicional expressa em moeda corrente nacional poderá ser efetuada pelo Participante em qualquer época, mediante notificação antecipada e recolhimento ao caixa da Fundação ou estabelecimento bancário por esta indicado.	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
10.2.8 Na hipótese de o valor da Contribuição Adicional de que trata o subitem 10.2.7 exceder ao limite previsto na norma que trata do crime de lavagem de dinheiro, o Participante deverá declarar à Fundação, por escrito, a origem do valor correspondente.	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
10.3 As Contribuições Básica e Adicional de Participante descritas nos itens 10.1 e 10.2 serão efetuadas por meio de descontos regulares na folha de salários ou de Benefícios pelas respectivas Patrocinadoras ou pela Fundação, conforme o caso, para recolhimento até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao de competência, observado o disposto no subitem 10.3.1 deste	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Regulamento.		
10.3.1	Se na folha de salários não houver, por qualquer motivo, o desconto das Contribuições, o Participante ficará obrigado a recolher o valor diretamente à Fundação ou por meio de estabelecimento bancário por esta indicado, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao de competência.	-	▪ Manutenção de texto
10.4	As Contribuições Básica e Adicional de Participante serão creditadas e acumuladas na Conta de Participante de que trata o subitem 11.1.1 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.5	A Contribuição do Participante que optar pelo Instituto do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido ou que tiver presumida a opção por este último Instituto deverão ser recolhidos diretamente ao caixa da Fundação ou por meio de estabelecimento bancário por esta indicado, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao mês de competência.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
10.5.1	As Contribuições Básica e Adicional de Participante de que trata o item 10.5 serão creditadas e acumuladas na forma do disposto no item 10.4 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.5.2	As Contribuições Normal e Suplementar de Participante de que trata o item 10.5 serão creditadas e acumuladas na Conta de Participante, especificamente nas subcontas mencionadas nas alíneas (a) e (b) do subitem 11.1.1, respectivamente.	-	▪ Manutenção de texto
10.5.3	A Contribuição de Risco efetuada pelo Participante será alocada na conta coletiva, prevista no subitem 10.10.2 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.5.4	O valor relativo ao custeio das despesas administrativas será destinado ao programa administrativo.	-	▪ Manutenção de texto
10.6	As Contribuições de Participante, ressalvado o disposto no subitem 10.6.1, cessarão automaticamente no mês subsequente àquele em que: Ocorrer o Término do Vínculo	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Empregatício, ressalvada a hipótese de o Participante optar pelo Instituto do Autopatrocínio ou pela garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte, quando da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido;</p> <p>II ocorrer a concessão de Benefício deste Plano de Benefícios, por morte ou invalidez;</p> <p>III o Participante requerer o desligamento deste Plano de Benefícios na forma do disposto no inciso II do item 7.1 deste Regulamento;</p> <p>IV ocorrer a perda total da remuneração, exceto nos casos de afastamento do trabalho em Patrocinadora por doença ou acidente ou da opção pelo Instituto do Autopatrocínio.</p>		
<p>10.6.1 Observado o disposto no item 10.7, as Contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas não cessarão enquanto o Participante permanecer vinculado a</p>	<p>-</p>	<p>▪ Manutenção de texto</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	este Plano de Benefícios.	
10.7	As Contribuições de Participante ficarão suspensas durante o período em que perdurar o afastamento do trabalho em Patrocinadora por doença ou acidente, exceto se o Participante optar pelo Instituto do Autopatrocínio ou na hipótese de que trata o subitem 5.5.6 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
10.8	A Contribuição Normal mensal e obrigatória da Patrocinadora corresponderá à diferença entre a Contribuição Básica do Participante e a Contribuição de Risco de que trata o item 10.10 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
10.9	A Contribuição Suplementar da Patrocinadora será voluntária e equivalente a um percentual aplicado sobre o Salário-de-participação do Participante e somente ocorrerá se a legislação vigente permitir.	- ▪ Manutenção de texto
10.9.1	Cada Patrocinadora definirá, anualmente, no mês de novembro, o percentual a ser aplicado sobre o Salário-de-participação.	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
10.10 A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória, da Patrocinadora corresponderá ao resultado obtido pela aplicação de um percentual, definido atuarialmente, sobre o Salário-de-participação de todos os seus empregados, Participantes deste Plano de Benefícios.	-	▪ Manutenção de texto
10.10.1 O percentual mencionado no item 10.10, definido atuarialmente, será previsto no plano de custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo e ajustado sempre que for necessário para manutenção do equilíbrio do Plano de Benefícios, observadas as disposições legais pertinentes.	-	▪ Manutenção de texto
10.10.2 A Contribuição de Risco será alocada em uma conta coletiva neste Plano de Benefícios, destinada à cobertura dos benefícios de risco.	-	▪ Manutenção de texto
10.10.3 A Contribuição de Risco também será assumida pelo Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, com garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte,	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	mediante critérios uniformes e não discriminatórios.		
10.11	As Contribuições de Patrocinadora previstas nos itens 10.8 e 10.9 serão creditadas e acumuladas na Conta de Patrocinadora, especificamente nas subcontas (a) e (b) do subitem 11.1.2 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.11.1	As Contribuições Normal e de Risco da Patrocinadora não poderão exceder o valor da Contribuição do Participante.	-	▪ Manutenção de texto
10.12	As Contribuições de Patrocinadora, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas de que trata o item 10.16, deverão ser recolhidas à Fundação, em moeda corrente nacional, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao de competência.	-	▪ Manutenção de texto
10.13	As Contribuições Normal, Suplementar e de Risco ficarão suspensas durante o período em que perdurar o afastamento do Participante do trabalho em Patrocinadora por motivo de doença ou acidente, ressalvada a exceção	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	prevista no subitem 10.13.1 deste Regulamento.	
10.13.1	A Patrocinadora ficará obrigada a recolher as Contribuições na hipótese de o Participante afastado por doença ou acidente em Patrocinadora optar pelo Instituto do Autopatrocínio.	- ▪ Manutenção de texto
10.14	As Contribuições de Patrocinadora, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas, ficarão suspensas durante o período em que perdurar a licença sem remuneração concedida ou admitida pela respectiva Patrocinadora, na hipótese de o Participante optar pelo Instituto do Autopatrocínio, na forma do disposto no item 5.4 deste Regulamento.	- ▪ Manutenção de texto
10.15	As Contribuições de Patrocinadora, relativas a cada Participante, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que:	- ▪ Manutenção de texto
	Ocorrer o Término do Vínculo Empregatício;	- ▪ Manutenção de texto

	REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	II ocorrer o falecimento do Participante ou a concessão de qualquer Benefício previsto neste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto
	III o Participante perder essa qualidade nos termos deste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto
	IV o Participante atender às condições referentes à idade, ao Tempo de Vinculação ao Plano e ao tempo de Contribuição, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e III do item 16.1 deste Regulamento.	IV o Participante atender às condições referentes à idade, ao Tempo de Vinculação ao Plano e ao tempo de Contribuição, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e III do item 15.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
10.16	As despesas necessárias à administração da Fundação, relativas a este Plano de Benefícios, serão custeadas pela Patrocinadora, pelos Participantes e pelos Dependentes que estejam em gozo de Benefício por este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 5.5.4 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.16.1	As despesas com a administração deverão observar os limites e critérios estabelecidos pelo órgão	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	público competente.		
10.16.2	A Contribuição destinada ao custeio das despesas administrativas devida pelo Participante que não estiver em gozo de Benefício por este Plano de Benefícios, inclusive a devida pelo Participante que optou pelo Instituto do Autopatrocínio ou que optou ou teve presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de percentual sobre o Salário-de-participação do Participante.	-	▪ Manutenção de texto
10.16.3	A Contribuição destinada ao custeio das despesas administrativas de responsabilidade da Patrocinadora corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual sobre o somatório dos Salários-de-participação dos seus empregados, Participantes deste Plano de Benefícios, inclusive dos afastados por doença ou acidente, observadas as exceções previstas no subitem 5.5.4 e no item 10.14 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
10.16.4	Os percentuais de que tratam os subitens 10.16.2 e 10.16.3 serão identificados anualmente ou em menor período, mediante critérios uniformes e não discriminatórios utilizados pela Fundação, e constarão do plano de custeio deste Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 10.16.5 deste Regulamento.	-	▪ Manutenção de texto
10.16.5	A Contribuição devida pelos Participantes e Dependentes em gozo de Benefício por este Plano corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de percentual estabelecido no plano de custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo, sobre o valor do Benefício pago pela Fundação, não inferior a 1% (um por cento) nem superior ao limite legal vigente.	-	▪ Manutenção de texto
10.16.6	O recolhimento à Fundação das Contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas se dará, obrigatoriamente, até a mesma data das demais Contribuições devidas.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
10.17 A Contribuição Normal adicionada à Contribuição de Risco não poderá exceder ao valor correspondente a 7% (sete por cento) do somatório dos Salários-de-participação dos empregados, inclusive dos afastados por doença ou acidente, Participantes deste Plano de Benefícios, quando devidas as referidas Contribuições.	-	▪ Manutenção de texto
10.17.1 Caso as Contribuições Normal e de Risco excederem ao limite previsto no item 10.17, a Contribuição Normal será reduzida ou mesmo eliminada para atender ao referido limite.	-	▪ Manutenção de texto
10.18 Eventuais insuficiências verificadas no Plano de Benefícios serão tratadas na forma prevista neste Regulamento e na omissão conforme dispuser a legislação vigente.	-	▪ Manutenção de texto
10.18.1 As insuficiências verificadas, neste Plano de Benefícios Multifuturo II, serão assumidas inclusive pelo Participante ou Dependente que estiver em gozo de Benefício de renda mensal vitalícia, bem como pelo Participante que tiver optado pelo Instituto do Benefício	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Proporcional Diferido com garantia de renda assegurada por este Plano aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte, de acordo com critérios uniformes e não discriminatórios.</p>		
<p>Seção II – Disposições Financeiras</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.19 Os Benefícios deste Plano de Benefícios serão custeados por meio de:</p> <p>I Contribuições de Participantes;</p> <p>II Contribuições de Patrocinadoras;</p> <p>III receitas de aplicações do Patrimônio;</p> <p>IV dotações, doações, subvenções, legados ou rendas de qualquer natureza.</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.20 A falta de recolhimento das Contribuições pelo Participante ou pela Patrocinadora, nas datas estabelecidas neste Regulamento, importará nos seguintes ônus:</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>I atualização monetária com base</p>		

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
na variação do INPC, no período decorrido desde a data do vencimento de cada importância até a data do efetivo pagamento;		
II juros de 1% (um por cento) ao mês ou sua equivalência diária aplicados sobre o valor já atualizado monetariamente, em igual período;		
III multa de 2% (dois por cento) aplicada sobre o valor principal do débito.		
10.20.1 Caso a Patrocinadora efetue o recolhimento das Contribuições de sua responsabilidade fora do prazo estipulado neste Regulamento, será adotado pela Fundação o seguinte procedimento:	-	▪ Manutenção de texto
I o valor principal das Contribuições Normal e Suplementar de Patrocinadora serão registrados nas Contas de Patrocinadora no mês a que se referir cada competência;		
II o valor da Contribuição de Risco de Participante e das destinadas ao custeio das despesas administrativas serão registrados no mês do efetivo		

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>10.20.2</p> <p>O valor correspondente à aplicação das penalidades previstas nos incisos II e III do item 10.20, vinculado ao montante previsto no inciso I do subitem 10.20.1, será utilizado para garantir a rentabilidade das Contas de Patrocinadora, relativamente ao valor referido no inciso I do subitem 10.20.1; o excedente, se houver, será creditado nos fundos constituídos no programa previdenciário ou administrativo, de acordo com a origem do valor.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.20.3</p> <p>Caso o Retorno de Investimentos seja superior ao ônus de que trata o subitem 10.20.2, a Patrocinadora ficará obrigada a creditar a diferença à Fundação.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.20.4</p> <p>Caso o Participante efetue o recolhimento das Contribuições de sua responsabilidade fora do prazo estipulado neste Regulamento, será adotado pela Fundação o seguinte procedimento:</p> <p>I o valor principal e a atualização monetária prevista no inciso I do item</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>10.20 serão registrados na Conta de Participante, na data do efetivo recolhimento;</p>		
<p>II o valor da Contribuição de Risco da Patrocinadora e das destinadas ao custeio das despesas administrativas serão registrados no mês do efetivo recolhimento.</p>		
<p>10.20.5 Os valores provenientes da aplicação do disposto nos incisos II e III do item 10.20 serão creditados nos fundos do programa previdenciário ou administrativo, de acordo com a origem do valor.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.20.6 Pelo encontro de contas entre os valores pagos, conforme dispõe o item 10.20, e os valores registrados nas Contas de Participante e de Patrocinadora, a Fundação poderá, observada a legislação vigente, formar fundos que poderão ser utilizados para a cobertura de eventuais insuficiências.</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
<p>10.20.7 O valor da cominação imposta na cláusula penal de que trata o item 10.20 não pode exceder o da</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
obrigação principal.		

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XI – DAS CONTAS DE PARTICIPANTE		-	▪ Manutenção de texto
11.1	Serão mantidas 2 (duas) contas individuais para cada Participante, da seguinte forma:	-	▪ Manutenção de texto
11.1.1	Conta de Patrocinadora constituída pelas seguintes subcontas:	-	▪ Manutenção de texto
	(a) Conta Básica, formada pelas Contribuições Básicas descritas no item 10.1 deste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto
	(b) Conta Adicional, formada pelas Contribuições Adicionais descritas no item 10.2 deste Regulamento;	-	▪ Manutenção de texto
	(c) Conta Inicial, formada pelo valor de que trata o inciso I do item 28.3 deste Regulamento;	(c) Conta Inicial, formada pelo valor de que trata o inciso I do item 27.3 deste Regulamento;	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
	(d) Conta Portabilidade, formada pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	previdência complementar ou de companhia seguradora.	
11.1.2	Conta de Patrocinadora constituída pelas seguintes subcontas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
	(a) Conta Normal, formada pelas Contribuições Normais descritas no item 10.8 deste Regulamento;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
	(b) Conta Suplementar, formada pelas Contribuições Suplementares descritas no item 10.9 deste Regulamento;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto
	(c) Conta Específica, formada pelo valor de que trata o inciso II do item 28.3 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
11.1.3	Não serão incluídas nas Contas de Participante e de Patrocinadora as Contribuições de Risco e aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, ainda que efetuadas por Participante.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
11.2	Ressalvado o disposto no item 11.3, as Contas de Participante e de Patrocinadora serão acrescidas com o Retorno de Investimentos deste Plano de Benefícios, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento.	11.2	Ressalvado o disposto no item 11.3, as Contas de Participante e de Patrocinadora serão acrescidas com o Retorno de Investimentos deste Plano de Benefícios .	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações), do item 28.4 e consequente renumeração dos Capítulos e itens e, ainda, supressão da parte final do item.
11.3	A Conta de Patrocinadora formada exclusivamente pela Conta Específica prevista na letra (c) do subitem 11.1.2 será remunerada mensalmente, pelo resultado obtido na média aritmética da variação mensal do INPC com o acréscimo de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e do Retorno de Investimentos deste Plano, ponderada, respectivamente, pelo saldo devedor registrado no programa previdenciário, conforme o Instrumento Particular de Reconhecimento e Confissão de Dívida, firmado entre a Fundação e as Patrocinadoras em 23 de dezembro de 2002, e pelo somatório dos saldos das Contas Específicas de todos os Participantes deste		-	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Plano, deduzido o saldo devedor referido neste item.	
11.3.1	O disposto no item 11.3 não será aplicado quando o saldo devedor registrado no programa previdenciário for maior ou igual ao somatório dos saldos das Contas Específicas de todos os Participantes.	- ▪ Manutenção de texto
11.3.2	Na hipótese de o saldo devedor registrado no programa previdenciário ser maior ou igual ao somatório dos saldos das Contas Específicas de todos os Participantes, a Conta de Patrocinadora formada exclusivamente pela Conta Específica prevista na letra (c) do subitem 11.1.2 será reajustada mensalmente pela variação do INPC e acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	- ▪ Manutenção de texto
11.4	A Conta de Patrocinadora que não for incluída no Saldo de Conta Total formará um fundo de sobras de Contribuições que poderá ser utilizado para reduzir Contribuições futuras de Patrocinadora ou para	- ▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	cobertura de eventuais insuficiências deste Plano de Benefícios, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do Atuário.		
11.4.1	A Fundação poderá, observada a legislação vigente, formar outros fundos, que poderão ser utilizados, também, para cobertura de eventuais insuficiências verificadas neste Plano de Benefícios.	-	▪ Manutenção de texto

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XII - ALOCAÇÕES	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
<p>12.1 O Participante, observado o disposto no item 12.2, poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar, por escrito, por uma dentre as carteiras de investimentos pré-selecionadas pela Fundação, para gestão dos recursos na Conta de Participante definida no subitem 11.1.1, observado o disposto no item 28.4 deste Regulamento.</p>	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
<p>12.1.1 A opção pela carteira de investimentos será feita pelo Participante, por escrito, na data do ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios, podendo</p>	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.1.2 Caso o Participante não exerça a opção de que trata o subitem 12.1.1, estará automaticamente autorizando a Fundação a alocar os recursos da Conta de Participante definida no subitem 11.1.1 deste Regulamento na Carteira Conservadora ou Perfil A.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.1.3 O Participante que no mês de novembro não optar pela realocação do saldo de Conta de Participante para o exercício seguinte terá mantida a sua opção existente no mês de novembro imediatamente anterior.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
12.1.4 Na hipótese de o Participante optar por realocar o saldo de Conta de Participante para outra carteira, a transferência dos recursos pela Fundação se dará no exercício subsequente, com base no saldo de Conta de Participante vigente no mês que antecede à referida transferência.	REVOGADO	<p>Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.1.5 Ocorrendo a alocação ou transferência de recursos na forma prevista neste Capítulo, eventuais resíduos serão transferidos no mês subsequente à sua verificação.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.2 É vedado ao Participante, a partir da data do início de qualquer Benefício	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.2.1 Na hipótese prevista no item 12.2, caberá, exclusivamente, à Fundação a indicação da carteira de investimentos para gerir os recursos necessários à cobertura do Benefício de renda mensal vitalícia.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.2.2 Nos casos de concessão de Benefício em renda mensal por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total, o Saldo de Conta Total remanescente será alocado na Carteira Conservadora.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>12.3 Ocorrendo o falecimento do Participante, poderá a Fundação manter os recursos aplicados na carteira escolhida pelo Participante ou pela Fundação, conforme o caso, até o final do exercício em que ocorrer o falecimento do Participante.</p>	REVOGADO	<p>Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
<p>12.3.1 A partir do exercício seguinte ao do falecimento do Participante de que trata o item 12.3, caberá à Fundação o investimento dos recursos alocados no Saldo de Conta Total, de acordo com critérios uniformes e não discriminatórios.</p>	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
12.4	Caberá ao Conselho Deliberativo da Fundação deliberar sobre a composição dos investimentos prevista para cada carteira mencionada no item 12.6, bem como a respeito da contratação de uma ou mais pessoas jurídicas para administrar os recursos dessas carteiras, de acordo com o disposto na política de investimentos.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.5	O saldo da Conta de Patrocinadora, previsto no subitem 11.1.2, será aplicado no mercado financeiro, segundo diretrizes estabelecidas na política de investimentos da Fundação, relativa a este Plano de Benefícios.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013
12.6	As carteiras de investimentos apresentam 3 (três) perfis de investimentos e são classificadas em: I Carteira Conservadora ou Perfil A;	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
II Carteira Balanceada ou Perfil B; IIICarteira Agressiva ou Perfil C.		Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013 ▪ Exclusão da opção de perfis de investimento em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por força do Ofício nº 122/2013/ERRS/PREV IC, de 13.11.2013

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XIII – DOS BENEFÍCIOS		CAPÍTULO XII – DOS BENEFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.1	<p>A Fundação assegurará, nos termos e condições do presente Regulamento, os Benefícios abaixo relacionados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda a seus beneficiários.</p> <p>I Aposentadoria Antecipada</p> <p>II Aposentadoria Normal</p> <p>III Aposentadoria por Invalidez</p> <p>IV Pensão por Morte</p> <p>V Benefício Proporcional</p> <p>VI Abono Anual</p>	12.1	<p>A Fundação assegurará, nos termos e condições do presente Regulamento, os Benefícios abaixo relacionados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda a seus beneficiários.</p> <p>I Aposentadoria Antecipada</p> <p>II Aposentadoria Normal</p> <p>III Aposentadoria por Invalidez</p> <p>IV Pensão por Morte</p> <p>V Benefício Proporcional</p> <p>VI Abono Anual</p>
13.2	Os Benefícios assegurados por este Plano de Benefícios serão pagos pela Fundação aos Participantes ou aos	12.2	<p>Os Benefícios assegurados por este Plano de Benefícios serão pagos pela Fundação aos Participantes ou</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
13.3	<p>Dependentes que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento às demais condições previstas neste Regulamento.</p> <p>Ressalvado o disposto no item 24.1, o pagamento de toda e qualquer prestação terá início após seu deferimento pela Fundação, retroagindo à Data de Início do Benefício, com os reajustamentos previstos neste Regulamento, quando for o caso.</p>	<p>aos Dependentes que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento às demais condições previstas neste Regulamento.</p> <p>12.3 Ressalvado o disposto no item 23.1, o pagamento de toda e qualquer prestação terá início após seu deferimento pela Fundação, retroagindo à Data de Início do Benefício, com os reajustamentos previstos neste Regulamento, quando for o caso.</p>	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.3.1	<p>A Data de Início do Benefício será:</p> <p>I para o Participante que se desligar da Patrocinadora, tendo preenchido as condições necessárias ao Benefício de Aposentadoria Antecipada ou de Aposentadoria Normal, o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício ou da data do requerimento do Benefício, no caso de Participante autopatrocinado, ressalvado o disposto no subitem 13.3.2 deste Regulamento;</p> <p>II no caso de Benefício de Aposentadoria por Invalidez, o 1º (primeiro) dia do atendimento das condições previstas no item 17.1 ou</p>	<p>12.3.1 A Data de Início do Benefício será:</p> <p>I para o Participante que se desligar da Patrocinadora, tendo preenchido as condições necessárias ao Benefício de Aposentadoria Antecipada ou de Aposentadoria Normal, o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício ou da data do requerimento do Benefício, no caso de Participante autopatrocinado, ressalvado o disposto no subitem 12.3.2 deste Regulamento;</p> <p>II no caso de Benefício de Aposentadoria por Invalidez, o 1º (primeiro) dia do atendimento das</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>no subitem 17.2.6, conforme o caso;</p> <p>III no caso de Benefício de Pensão por Morte, o dia seguinte ao do falecimento do Participante;</p> <p>IV no caso do Benefício Proporcional, o dia seguinte ao da data do requerimento do Benefício na Fundação.</p>	<p>condições previstas no item 16.1 ou no subitem 16.2.6, conforme o caso;</p> <p>III no caso de Benefício de Pensão por Morte, o dia seguinte ao do falecimento do Participante;</p> <p>IV no caso do Benefício Proporcional, o dia seguinte ao da data do requerimento do Benefício na Fundação.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>13.3.2 Para o Participante que se desligar da Patrocinadora tendo preenchido as condições necessárias à Aposentadoria Antecipada ou à Aposentadoria Normal, a Data de Início do Benefício será o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício, desde que requerido no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do Término do Vínculo Empregatício, ou o dia seguinte ao da data da entrada do requerimento do Benefício na Fundação, quando requerido após 90 (noventa) dias contados do Término do Vínculo Empregatício.</p>	<p>12.3.2 Para o Participante que se desligar da Patrocinadora tendo preenchido as condições necessárias à Aposentadoria Antecipada ou à Aposentadoria Normal, a Data de Início do Benefício será o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício, desde que requerido no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do Término do Vínculo Empregatício, ou o dia seguinte ao da data da entrada do requerimento do Benefício na Fundação, quando requerido após 90 (noventa) dias contados do Término do Vínculo Empregatício.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do</p>
<p>13.3.3 Para o Participante do Plano de Benefícios I que migrou para este</p>	<p>12.3.3 Para o Participante do Plano de Benefícios I que migrou para este</p>	

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Plano de Benefícios e que tenha requerido a Aposentadoria Antecipada ou a Aposentadoria Normal, conforme o disposto nos subitens 15.1.1 e 16.1.1, a Data de Início do Benefício será o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício, desde que requerido no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do Término do Vínculo Empregatício, ou o dia seguinte ao da data da entrada do requerimento do Benefício na Fundação, quando requerido após 90 (noventa) dias, contados do Término do Vínculo Empregatício.	Plano de Benefícios e que tenha requerido a Aposentadoria Antecipada ou a Aposentadoria Normal, conforme o disposto nos subitens 14.1.1 e 15.1.1 , a Data de Início do Benefício será o dia seguinte ao da data do Término do Vínculo Empregatício, desde que requerido no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do Término do Vínculo Empregatício, ou o dia seguinte ao da data da entrada do requerimento do Benefício na Fundação, quando requerido após 90 (noventa) dias, contados do Término do Vínculo Empregatício.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.4 Os Benefícios devidos pela Fundação serão determinados e calculados, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, na Data de Início do Benefício.	12.4 Os Benefícios devidos pela Fundação serão determinados e calculados, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, na Data de Início do Benefício.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.5 O Participante, o Dependente ou o respectivo representante legal assinará formulários, fornecerá dados e documentos necessários à concessão e à manutenção do	12.5 O Participante, o Dependente ou o respectivo representante legal assinará formulários, fornecerá dados e documentos necessários à concessão e à manutenção do	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

	REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Benefício, bem como atenderá às convocações da Fundação nos prazos estabelecidos.		Benefício, bem como atenderá às convocações da Fundação nos prazos estabelecidos.		consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.5.1	A falta do cumprimento do disposto no item 13.5 poderá resultar na suspensão do pagamento do Benefício que perdurará até seu completo atendimento.	12.5.1	A falta do cumprimento do disposto no item 12.5 poderá resultar na suspensão do pagamento do Benefício que perdurará até seu completo atendimento.	▪	Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.6	Os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez serão concedidos e mantidos enquanto, de acordo com critérios uniformes e não discriminatórios utilizados pela Fundação, o Participante permanecer incapacitado para o trabalho, ficando, quando nesta condição, obrigado a se submeter a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados, bem como atender às convocações nos prazos estabelecidos.	12.6	Os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez serão concedidos e mantidos enquanto, de acordo com critérios uniformes e não discriminatórios utilizados pela Fundação, o Participante permanecer incapacitado para o trabalho, ficando, quando nesta condição, obrigado a se submeter a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados, bem como atender às convocações nos prazos estabelecidos.	▪	Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.6.1	O não-atendimento de qualquer uma das disposições do item 13.6, por parte do Participante ou de seu representante legal, acarretará a	12.6.1	O não-atendimento de qualquer uma das disposições do item 12.6, por parte do Participante ou de seu representante legal, acarretará a	▪	Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	suspensão imediata do pagamento do Benefício, que perdurará até seu completo atendimento.		(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.7	Na hipótese de o Participante ou Dependente em gozo de Benefício estar sendo representado por procurador, tutor ou curador, poderá ser exigida pela Fundação, a qualquer tempo, comprovação da permanência do titular no exercício do mandato, da tutela ou curatela, para efeito de recebimento do Benefício ou manutenção do seu pagamento.	12.7	Na hipótese de o Participante ou Dependente em gozo de Benefício estar sendo representado por procurador, tutor ou curador, poderá ser exigida pela Fundação, a qualquer tempo, comprovação da permanência do titular no exercício do mandato, da tutela ou curatela, para efeito de recebimento do Benefício ou manutenção do seu pagamento.
			▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.7.1	O não-atendimento às disposições previstas no item 13.7 acarretará a suspensão imediata do pagamento do Benefício que perdurará até o seu atendimento.	12.7.1	O não-atendimento às disposições previstas no item 12.7 acarretará a suspensão imediata do pagamento do Benefício que perdurará até o seu atendimento.
			▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.7.2	O pagamento do Benefício ao representante legal do Participante ou do Dependente desobrigará totalmente a Fundação com respeito ao respectivo Benefício.	12.7.2	O pagamento do Benefício ao representante legal do Participante ou do Dependente desobrigará totalmente a Fundação com respeito ao respectivo Benefício.
			▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
13.8	A Fundação, a seu critério e mediante solicitação dos Participantes e dos Dependentes em gozo de Pensão por Morte, poderá efetuar descontos relativos a este Plano de Benefícios Multifuturo II, desde que seja respeitado o critério de prioridade no que se refere aos descontos legais, compulsórios e obrigatórios.	12.8	A Fundação, a seu critério e mediante solicitação dos Participantes e dos Dependentes em gozo de Pensão por Morte, poderá efetuar descontos relativos a este Plano de Benefícios Multifuturo II, desde que seja respeitado o critério de prioridade no que se refere aos descontos legais, compulsórios e obrigatórios.	consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.9	Os Benefícios de prestação mensal serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência, observado o disposto no subitem 13.9.1, e a última prestação será paga no mês do falecimento do Participante ou da perda da condição de Dependente, conforme o caso, ou no término do prazo escolhido, nos casos de renda mensal por prazo determinado, ou quando esgotar o Saldo de Conta Total, conforme o caso, ou quando ocorrer o pagamento do Benefício em razão do disposto no item 13.12 deste Regulamento.	12.9	Os Benefícios de prestação mensal serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência, observado o disposto no subitem 12.9.1, e a última prestação será paga no mês do falecimento do Participante ou da perda da condição de Dependente, conforme o caso, ou no término do prazo escolhido, nos casos de renda mensal por prazo determinado, ou quando esgotar o Saldo de Conta Total, conforme o caso, ou quando ocorrer o pagamento do Benefício em razão do disposto no item 12.12 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.9.1	A primeira prestação do Benefício será paga, quando devida, até o 5º (quinto) dia útil do segundo mês subsequente	12.9.1	A primeira prestação do Benefício será paga, quando devida, até o 5º (quinto) dia útil do segundo mês	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	ao da solicitação, por escrito, do respectivo Benefício.		subsequente ao da solicitação, por escrito, do respectivo Benefício.	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.10	O valor inicial dos Benefícios previstos neste Plano de Benefícios não poderá ser inferior àquele apurado, considerando o saldo de Conta de Participante mencionado no subitem 11.1.1, acrescido do Retorno de Investimentos deste Plano de Benefícios.	12.10	O valor inicial dos Benefícios previstos neste Plano de Benefícios não poderá ser inferior àquele apurado, considerando o saldo de Conta de Participante mencionado no subitem 11.1.1, acrescido do Retorno de Investimentos deste Plano de Benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.10.1	O valor inicial de que trata o item 13.10 será apurado na Data de Início do Benefício, antes da opção do Participante pelo recebimento de parte do Saldo de Conta Total em parcela única, na forma prevista no item 13.11 deste Regulamento.	12.10.1	O valor inicial de que trata o item 12.10 será apurado na Data de Início do Benefício, antes da opção do Participante pelo recebimento de parte do Saldo de Conta Total em parcela única, na forma prevista no item 12.11 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.10.2	O disposto no item 13.10 não se aplica ao Benefício de Pensão por Morte concedido a Dependente de Participante em gozo de renda mensal deste Plano de Benefícios, uma vez que o Benefício concedido ao Participante já foi apurado, considerando o estabelecido no	12.10.2	O disposto no item 12.10 não se aplica ao Benefício de Pensão por Morte concedido a Dependente de Participante em gozo de renda mensal deste Plano de Benefícios, uma vez que o Benefício concedido ao Participante já foi apurado, considerando o estabelecido no	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
subitem 13.10.1 deste Regulamento.		subitem 12.10.1 deste Regulamento.	Capítulos e itens.
13.11	O Participante que tiver direito a receber o Benefício de Aposentadoria Antecipada, Aposentadoria Normal ou Benefício Proporcional poderá optar, na data do requerimento do Benefício, por receber até 20% (vinte por cento) do Saldo de Conta Total, na forma de parcela única, sendo o saldo remanescente transformado em renda mensal, observado o disposto no subitem 13.11.2 deste Regulamento.	12.11 O Participante que tiver direito a receber o Benefício de Aposentadoria Antecipada, Aposentadoria Normal ou Benefício Proporcional poderá optar, na data do requerimento do Benefício, por receber até 20% (vinte por cento) do Saldo de Conta Total, na forma de parcela única, sendo o saldo remanescente transformado em renda mensal, observado o disposto no subitem 12.11.2 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.11.1	O disposto no item 13.11 será aplicado ao Benefício Proporcional somente quando o Participante adquirir o direito ao recebimento do Benefício.	12.11.1 O disposto no item 12.11 será aplicado ao Benefício Proporcional somente quando o Participante adquirir o direito ao recebimento do Benefício.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.11.2	É vedada a antecipação do percentual previsto no item 13.11, caso a renda mensal do respectivo Benefício corresponda a um valor mensal inferior ao estabelecido no item 13.12 deste Regulamento.	12.11.2 É vedada a antecipação do percentual previsto no item 12.11 , caso a renda mensal do respectivo Benefício corresponda a um valor mensal inferior ao estabelecido no item 12.12 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
13.11.3 O pagamento da parcela referida no item 13.11 ocorrerá juntamente com o pagamento da primeira prestação do respectivo Benefício.	12.11.3 O pagamento da parcela referida no item 12.11 ocorrerá juntamente com o pagamento da primeira prestação do respectivo Benefício.	Capítulos e itens. ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.12 Os Benefícios previstos neste Plano de Benefícios de valores mensais inferiores a 2 (duas) Unidades de Referência Fuscsc – URF – poderão, em qualquer momento, em comum acordo com o Participante, ser transformados em pagamento único de valor atuarialmente equivalente, quando se tratar de renda vitalícia, ou correspondente ao Saldo de Conta Total remanescente, quando concedido por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total.	12.12 Os Benefícios previstos neste Plano de Benefícios de valores mensais inferiores a 2 (duas) Unidades de Referência Fuscsc – URF – poderão, em qualquer momento, em comum acordo com o Participante, ser transformados em pagamento único de valor atuarialmente equivalente, quando se tratar de renda vitalícia, ou correspondente ao Saldo de Conta Total remanescente, quando concedido por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
13.12.1 A critério do Participante, o valor de que trata o item 13.12 poderá ser pago em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas.	12.12.1 A critério do Participante, o valor de que trata o item 12.12 poderá ser pago em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
13.12.2 As parcelas de que trata o subitem 13.12.1 serão atualizadas com base na variação acumulada do INPC.	12.12.2 As parcelas de que trata o subitem 12.12.1 serão atualizadas com base na variação acumulada do INPC.	renumeração dos Capítulos e itens.
INEXISTENTE	12.13 A Fundação poderá contratar seguro específico com sociedade seguradora autorizada a funcionar no Brasil, a fim de dar cobertura aos riscos decorrentes de invalidez, morte, sobrevivência e desvios das hipóteses biométricas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens. ▪ Inclusão de previsão de contratação de seguradora (Resolução CNPC nº 17, de 30 de março de 2015).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XIV – DO SALÁRIO-REAL-DE-BENEFÍCIO – SRB		CAPÍTULO XIII – DO SALÁRIO-REAL-DE-BENEFÍCIO – SRB	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
14.1	O Salário-real-de-benefício – SRB – é a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários-de-participação atualizados, contados até o mês anterior ao da Data de Início do Benefício.	13.1 O Salário-real-de-benefício – SRB – é a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários-de-participação atualizados, contados até o mês anterior ao da Data de Início do Benefício.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
14.1.1	Cada Salário-de-participação de que trata o item 14.1 será atualizado pela variação do INPC relativa ao período decorrido desde o mês a que se refere este Salário-de-participação até o mês anterior ao da Data de Início do Benefício.	13.1.1 Cada Salário-de-participação de que trata o item 13.1 será atualizado pela variação do INPC relativa ao período decorrido desde o mês a que se refere este Salário-de-participação até o mês anterior ao da Data de Início do Benefício.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
14.1.2	Na hipótese de o Participante não contar com o número de Salários-de-participação previsto no item 14.1 será utilizada, para efeito do cálculo do	13.1.2 Na hipótese de o Participante não contar com o número de Salários-de-participação previsto no item 13.1 será utilizada, para efeito do cálculo	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Salário-real-de-benefício, a média aritmética simples dos Salários-de-participação existentes até o mês anterior ao do início do respectivo Benefício, devidamente atualizados na forma do subitem 14.1.1 deste Regulamento.</p>	<p>do Salário-real-de-benefício, a média aritmética simples dos Salários-de-participação existentes até o mês anterior ao do início do respectivo Benefício, devidamente atualizados na forma do subitem 13.1.1 deste Regulamento.</p>	<p>(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>14.1.3 Na hipótese da Aposentadoria por Invalidez ser concedida ao Participante que estava afastado do trabalho em Patrocinadora por motivo de doença ou acidente, mesmo que este não tenha optado pelo disposto no item 5.5, será considerado, para efeito do cálculo do Salário-real-de-benefício, os 12 (doze) últimos Salários-de-participação anteriores ao mês da Data de Início do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, ainda que iguais a zero.</p>	<p>13.1.3 Na hipótese da Aposentadoria por Invalidez ser concedida ao Participante que estava afastado do trabalho em Patrocinadora por motivo de doença ou acidente, mesmo que este não tenha optado pelo disposto no item 5.5, será considerado, para efeito do cálculo do Salário-real-de-benefício, os 12 (doze) últimos Salários-de-participação anteriores ao mês da Data de Início do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, ainda que iguais a zero.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>14.1.4 O disposto no subitem 14.1.3 se aplica também à concessão de Pensão por Morte a Dependentes do Participante afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente, na data do falecimento.</p>	<p>13.1.4 O disposto no subitem 13.1.3 se aplica também à concessão de Pensão por Morte a Dependentes do Participante afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente, na data do falecimento.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>14.1.5 O Salário-de-participação relativo ao</p>	<p>13.1.5 O Salário-de-participação relativo ao</p>	<p>▪ Alteração em função</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
13º (décimo terceiro) salário não será considerado para o cálculo do Salário-real-de-benefício.	13º (décimo terceiro) salário não será considerado para o cálculo do Salário-real-de-benefício.	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
14.1.6 O Salário-real-de-benefício do Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido com garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte será apurado, considerando o Salário-de-participação definido no Capítulo IX, contado até o mês anterior ao início do respectivo Benefício, devidamente atualizado na forma do subitem 14.1.1 deste Regulamento.	13.1.6 O Salário-real-de-benefício do Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido com garantia assegurada por este Plano para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte será apurado, considerando o Salário-de-participação definido no Capítulo IX, contado até o mês anterior ao início do respectivo Benefício, devidamente atualizado na forma do subitem 13.1.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XV – DA APOSENTADORIA ANTECIPADA	CAPÍTULO XIV – DA APOSENTADORIA ANTECIPADA	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
<p>15.1 A Aposentadoria Antecipada será concedida ao Participante desde que atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, ressalvado o disposto no subitem 15.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II ter, no mínimo, 10 (dez) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>III ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 15.1.2 deste Regulamento;</p> <p>IV ter o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora;</p> <p>V não ter direito à Aposentadoria</p>	<p>14.1 A Aposentadoria Antecipada será concedida ao Participante desde que atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, ressalvado o disposto no subitem 14.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II ter, no mínimo, 10 (dez) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>III ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 14.1.2 deste Regulamento;</p> <p>IV ter o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora;</p> <p>V não ter direito à Aposentadoria</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
Normal.		Normal.		
15.1.1	O Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios no prazo estabelecido no Capítulo XXVIII deste Regulamento e mantiver ininterruptamente a qualidade de Participante fica dispensado do preenchimento da condição contida no inciso I do item 15.1 deste Regulamento.	14.1.1	O Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios no prazo estabelecido no Capítulo XXVII deste Regulamento e mantiver ininterruptamente a qualidade de Participante fica dispensado do preenchimento da condição contida no inciso I do item 14.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.1.2	Para efeito, exclusivamente, do disposto no inciso III do item 15.1, será considerado o período de contribuição do Participante ao Plano de Benefícios I, desde que o Participante tenha ingressado neste Plano de Benefícios, conforme o disposto no Capítulo XXVIII deste	14.1.2	Para efeito, exclusivamente, do disposto no inciso III do item 14.1 , será considerado o período de contribuição do Participante ao Plano de Benefícios I, desde que o Participante tenha ingressado neste Plano de Benefícios, conforme o disposto no Capítulo XXVII deste	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Regulamento.		Regulamento.	
15.2	A Aposentadoria Antecipada consistirá em uma renda mensal inicial correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total, na Data de Início do Benefício, conforme opção do Participante, na forma do disposto nos itens 13.11 e 15.3 deste Regulamento.	14.2	A Aposentadoria Antecipada consistirá em uma renda mensal inicial correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total, na Data de Início do Benefício, conforme opção do Participante, na forma do disposto nos itens 12.11 e 14.3 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.3	<p>Observado o disposto no item 13.11 deste Regulamento, a Transformação do Saldo de Conta Total em renda será feita de acordo com a opção do Participante, na data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia, com continuação para os Dependentes, observado o disposto no item 15.4 deste Regulamento;</p> <p>II renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	14.3	<p>Observado o disposto no item 12.11 deste Regulamento, a Transformação do Saldo de Conta Total em renda será feita de acordo com a opção do Participante, na data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia, com continuação para os Dependentes, observado o disposto no item 14.4 deste Regulamento;</p> <p>II renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
15.3.1	A escolha por uma das alternativas de que trata o item 15.3 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.	14.3.1	A escolha por uma das alternativas de que trata o item 14.3 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.3.2	A opção por uma das alternativas dispostas no item 15.3 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 28.7 deste Regulamento.	14.3.2	A opção por uma das alternativas dispostas no item 14.3 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 27.6 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.3.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 15.3, o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	14.3.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 14.3 , o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.3.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no	14.3.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	exercício anterior.		exercício anterior.	consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.4	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	14.4	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
15.4.1	Ocorrendo a opção do Participante por receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 15.3, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	14.4.1	Ocorrendo a opção do Participante por receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 14.3 , o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XVI – DA APOSENTADORIA NORMAL	CAPÍTULO XV – DA APOSENTADORIA NORMAL	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
<p>16.1 A Aposentadoria Normal será concedida ao Participante desde que atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade, ressalvado o disposto no subitem 16.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>III ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 16.1.2 deste Regulamento;</p> <p>IV ter o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora.</p>	<p>15.1 A Aposentadoria Normal será concedida ao Participante desde que atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade, ressalvado o disposto no subitem 15.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>III ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 15.1.2 deste Regulamento;</p> <p>IV ter o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.1.1 Para o Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano	15.1.1 Para o Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios no prazo estabelecido no Capítulo XXVII deste Regulamento e mantiver ininterruptamente a qualidade de Participante, a idade mínima exigida será de 55 (cinquenta e cinco) anos.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.1.2	15.1.2 Para efeito, exclusivamente, do disposto no inciso III do item 15.1 , será considerado o período de contribuição do Participante ao Plano de Benefícios I, desde que o Participante tenha ingressado neste Plano de Benefícios, conforme o disposto no Capítulo XXVII deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.2	15.2 A Aposentadoria Normal consistirá em uma renda mensal inicial correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total na Data de Início do Benefício, conforme opção do Participante, na forma do disposto nos itens 12.11 e 15.3 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.3	15.3 Observado o disposto no item 12.11 deste Regulamento, a Transformação do Saldo de Conta Total em renda será feita de acordo com a opção do	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Participante, na data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia, com continuação para os Dependentes, observado o disposto no item 16.4 deste Regulamento;</p> <p>II renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	<p>data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia, com continuação para os Dependentes, observado o disposto no item 15.4 deste Regulamento;</p> <p>II renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	<p>(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>16.3.1 A escolha por uma das alternativas de que trata o item 16.3 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.</p>	<p>15.3.1 A escolha por uma das alternativas de que trata o item 15.3 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>16.3.2 A opção por uma das alternativas dispostas no item 16.3 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 28.7 deste Regulamento.</p>	<p>15.3.2 A opção por uma das alternativas dispostas no item 15.3 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 27.6 deste Regulamento.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
16.3.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 16.3, o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	15.3.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 15.3 , o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	consequente renumeração dos Capítulos e itens. ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.3.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	15.3.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.4	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	15.4	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
16.4.1	Ocorrendo a opção do Participante por	15.4.1	Ocorrendo a opção do Participante	▪ Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 16.3, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	por receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 15.3 , o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XVII – DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ		CAPÍTULO XVI – DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.1	<p>A Aposentadoria por Invalidez será concedida ao Participante que preencher, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 1 (um) ano de Tempo de Vinculação ao Plano, observado o disposto no subitem 17.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II estar em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez da Previdência Social.</p>	<p>16.1</p> <p>A Aposentadoria por Invalidez será concedida ao Participante que preencher, simultaneamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 1 (um) ano de Tempo de Vinculação ao Plano, observado o disposto no subitem 16.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II estar em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez da Previdência Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.1.1	<p>Estará isento do cumprimento da condição mencionada no inciso I do item 17.1 o Participante cuja invalidez decorrer de acidente do trabalho ou de moléstia profissional devidamente comprovada.</p>	<p>16.1.1</p> <p>Estará isento do cumprimento da condição mencionada no inciso I do item 16.1 o Participante cuja invalidez decorrer de acidente do trabalho ou de moléstia profissional devidamente comprovada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
17.2	<p>A Aposentadoria por Invalidez consistirá em uma renda mensal inicial vitalícia, correspondente ao maior valor apurado entre:</p> <p>I (90% SRB – 9 x URF), sendo:</p> <p>SRB: conforme definido no Capítulo XIV deste Regulamento</p> <p>URF: Unidade de Referência Fusesc</p> <p>II Transformação do Saldo de Conta Total em renda mensal vitalícia, observado o disposto nos subitens 17.2.1 e 17.2.2 deste Regulamento.</p>	16.2	<p>A Aposentadoria por Invalidez consistirá em uma renda mensal inicial vitalícia, correspondente ao maior valor apurado entre:</p> <p>I (90% SRB – 9 x URF), sendo:</p> <p>SRB: conforme definido no Capítulo XIII deste Regulamento</p> <p>URF: Unidade de Referência Fusesc</p> <p>II Transformação do Saldo de Conta Total em renda mensal vitalícia, observado o disposto nos subitens 16.2.1 e 16.2.2 deste Regulamento.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
17.2.1	Exclusivamente para efeito da comparação de que trata o item 17.2, não serão computadas no Saldo de Conta Total as Contas Adicional e Portabilidade de que tratam as alíneas (b) e (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	16.2.1	Exclusivamente para efeito da comparação de que trata o item 16.2 , não serão computadas no Saldo de Conta Total as Contas Adicional e Portabilidade de que tratam as alíneas (b) e (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
17.2.2	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo de que trata o inciso II do item 17.2 o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	16.2.2	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo de que trata o inciso II do item 16.2 o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>17.2.3 Na hipótese de o Benefício de Aposentadoria por Invalidez a ser concedido não ter sido decorrente da Transformação do Saldo de Conta Total mencionada no inciso II do item 17.2, será assegurado ao Participante, sem prejuízo do Benefício previsto neste Capítulo:</p> <p>I o recebimento em parcela única do saldo da Conta Adicional;</p> <p>II o recebimento do saldo da Conta Portabilidade transformado em Benefício adicional, a ser pago por 20 (vinte) anos.</p>	<p>16.2.3 Na hipótese de o Benefício de Aposentadoria por Invalidez a ser concedido não ter sido decorrente da Transformação do Saldo de Conta Total mencionada no inciso II do item 16.2, será assegurado ao Participante, sem prejuízo do Benefício previsto neste Capítulo:</p> <p>I o recebimento em parcela única do saldo da Conta Adicional;</p> <p>II o recebimento do saldo da Conta Portabilidade transformado em Benefício adicional, a ser pago por 20 (vinte) anos.</p>	<p>Capítulos e itens.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
<p>17.2.4 Caso o Benefício de Aposentadoria por Invalidez a ser pago ao Participante decorra do disposto no inciso II do item 17.2, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 20 (vinte) anos.</p>	<p>16.2.4 Caso o Benefício de Aposentadoria por Invalidez a ser pago ao Participante decorra do disposto no inciso II do item 16.2, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 20 (vinte) anos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
<p>17.2.5 Caso o ingresso de Participante, neste Plano de Benefícios, ocorra a partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia contado da data da celebração do contrato individual de trabalho, conforme</p>	<p>16.2.5 Caso o ingresso de Participante, neste Plano de Benefícios, ocorra a partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia contado da data da celebração do contrato individual de trabalho,</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>previsto no subitem 4.2.2, o valor de que trata o inciso I do item 17.2 será obtido por meio da aplicação da seguinte fórmula:</p> $(90\% \text{ SRB} - 9 \times \text{URF}) \times \text{TVP} / 30,$ <p>sendo:</p> <p>SRB: conforme definido no Capítulo XIV deste Regulamento</p> <p>URF: Unidade de Referência Fusesc</p> <p>TVP: Tempo de Vinculação ao Plano</p>	<p>conforme previsto no subitem 4.2.2, o valor de que trata o inciso I do item 16.2 será obtido por meio da aplicação da seguinte fórmula:</p> $(90\% \text{ SRB} - 9 \times \text{URF}) \times \text{TVP} / 30,$ <p>sendo:</p> <p>SRB: conforme definido no Capítulo XIII deste Regulamento</p> <p>URF: Unidade de Referência Fusesc</p> <p>TVP: Tempo de Vinculação ao Plano</p>	<p>consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
17.2.6	<p>O Benefício de Aposentadoria por Invalidez do Participante que ficar inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional somente será calculado conforme o disposto no item 17.2 e seus subitens, caso o Participante tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Aposentadoria por Invalidez e tenha recolhido a Contribuição de Risco prevista neste Regulamento.</p>	<p>16.2.6</p> <p>O Benefício de Aposentadoria por Invalidez do Participante que ficar inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional somente será calculado conforme o disposto no item 16.2 e seus subitens, caso o Participante tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Aposentadoria por Invalidez e tenha recolhido a Contribuição de Risco prevista neste Regulamento.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
17.3	<p>Caso não se aplique o disposto no subitem 17.2.6, a Aposentadoria por Invalidez do Participante que ficar</p>	<p>16.3</p> <p>Caso não se aplique o disposto no subitem 16.2.6, a Aposentadoria por Invalidez do Participante que ficar</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, desde que comprove a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez da Previdência Social, será correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total, de acordo com a opção do Participante por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>II renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	<p>inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, desde que comprove a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez da Previdência Social, será correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total, de acordo com a opção do Participante por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal por prazo determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>II renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.3.1	Ao Participante que optou pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido até a data que antecede à aprovação das alterações realizadas neste Regulamento, a Aposentadoria por Invalidez será calculada nos termos do item 17.3 deste Regulamento.	16.3.1 Ao Participante que optou pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido até a data que antecede à aprovação das alterações realizadas neste Regulamento, a Aposentadoria por Invalidez será calculada nos termos do item 16.3 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.3.2	A escolha por uma das alternativas de que trata o item 17.3 deverá ser	16.3.2 A escolha por uma das alternativas de que trata o item 16.3 deverá ser	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	formulada na data do requerimento do Benefício.		formulada na data do requerimento do Benefício.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.3.3	A opção por uma das alternativas dispostas no item 17.3 é de caráter irretratável.	16.3.3	A opção por uma das alternativas dispostas no item 16.3 é de caráter irretratável.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.3.4	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso II do item 17.3, o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total, para vigorar no exercício seguinte.	16.3.4	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso II do item 16.3 , o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total, para vigorar no exercício seguinte.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
17.3.5	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	16.3.5	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
17.4	Caso o Participante retorne à atividade na Patrocinadora, será restabelecido o seu Saldo de Conta Total vigente na Data de Início do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, descontados os valores pagos a título do Benefício de Aposentadoria por Invalidez previsto neste Capítulo.	16.4	Caso o Participante retorne à atividade na Patrocinadora, será restabelecido o seu Saldo de Conta Total vigente na Data de Início do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, descontados os valores pagos a título do Benefício de Aposentadoria por Invalidez previsto neste Capítulo.	<p>Capítulos e itens.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XVIII – DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL		CAPÍTULO XVII – DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.1	O Benefício Proporcional será concedido ao Participante que tiver optado ou que tenha presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.	17.1	O Benefício Proporcional será concedido ao Participante que tiver optado ou que tenha presumida a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.2	<p>O Participante poderá requerer o pagamento deste Benefício, quando preencher as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de Tempo de Vinculação ao Plano, ressalvado o disposto no subitem 18.2.1; ou</p> <p>II ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade e 5 (cinco) anos de Tempo de Vinculação ao Plano, ressalvado o</p>	17.2	<p>O Participante poderá requerer o pagamento deste Benefício, quando preencher as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de Tempo de Vinculação ao Plano, ressalvado o disposto no subitem 17.2.1; ou</p> <p>II ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade e 5 (cinco) anos de Tempo de Vinculação ao Plano, ressalvado o</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	disposto no subitem 18.2.2 deste Regulamento; e, III em ambas as hipóteses, ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 18.2.3 deste Regulamento.	disposto no subitem 17.2.2 deste Regulamento; e, III em ambas as hipóteses, ter efetuado, no mínimo, 60 (sessenta) Contribuições mensais a este Plano de Benefícios, observado o disposto no subitem 17.2.3 deste Regulamento.	
18.2.1	O Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios, no prazo estabelecido no Capítulo XXVIII deste Regulamento, e manter ininterruptamente a qualidade de Participante fica dispensado do limite etário estipulado no inciso I do item 18.2 deste Regulamento.	17.2.1 O Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios, no prazo estabelecido no Capítulo XXVII deste Regulamento, e manter ininterruptamente a qualidade de Participante fica dispensado do limite etário estipulado no inciso I do item 17.2 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.2.2	Para o Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios no prazo estabelecido no Capítulo XXVIII deste Regulamento e manter ininterruptamente a qualidade de Participante, a idade mínima de que trata o inciso II do item 18.2 será de 55 (cinquenta e cinco)	17.2.2 Para o Participante que tiver ingressado ou reingressado no Plano de Benefícios I da Fundação e que tiver optado por este Plano de Benefícios no prazo estabelecido no Capítulo XXVII deste Regulamento e manter ininterruptamente a qualidade de Participante, a idade mínima de que trata o inciso II do item 17.2 será de 55 (cinquenta e cinco)	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	anos.		anos.	
18.2.3	Para efeito exclusivamente do disposto no inciso III do item 18.2 será considerado o período de contribuição do Participante ao Plano de Benefícios I, desde que o Participante tenha ingressado neste Plano de Benefícios, conforme o disposto no Capítulo XXVIII deste Regulamento.	17.2.3	Para efeito exclusivamente do disposto no inciso III do item 17.2 será considerado o período de contribuição do Participante ao Plano de Benefícios I, desde que o Participante tenha ingressado neste Plano de Benefícios, conforme o disposto no Capítulo XXVII deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.3	O Benefício Proporcional consistirá em uma renda mensal inicial correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total na Data de Início do Benefício, conforme opção do Participante, na forma do disposto nos itens 13.11 e 18.4 deste Regulamento.	17.3	O Benefício Proporcional consistirá em uma renda mensal inicial correspondente à Transformação do Saldo de Conta Total na Data de Início do Benefício, conforme opção do Participante, na forma do disposto nos itens 12.11 e 17.4 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.4	<p>Observado o disposto no item 13.11 deste Regulamento, a Transformação do Saldo de Conta Total em renda será feita de acordo com a opção do Participante, na data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia com continuação para os Dependentes;</p> <p>II renda mensal por prazo</p>	17.4	<p>Observado o disposto no item 12.11 deste Regulamento, a Transformação do Saldo de Conta Total em renda será feita de acordo com a opção do Participante, na data do requerimento do Benefício, por uma das seguintes alternativas:</p> <p>I renda mensal vitalícia com continuação para os Dependentes;</p> <p>II renda mensal por prazo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos; III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.		determinado, que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos; III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.	
18.4.1	A escolha por uma das alternativas de que trata o item 18.4 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.	17.4.1	A escolha por uma das alternativas de que trata o item 17.4 deverá ser efetuada pelo Participante, por escrito, na data de requerimento do respectivo Benefício.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.4.2	A opção por uma das alternativas dispostas no item 18.4 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 28.7 deste Regulamento.	17.4.2	A opção por uma das alternativas dispostas no item 17.4 é de caráter irretratável, ressalvada a exceção prevista no item 27.6 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.4.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 18.4, o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o	17.4.3	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 17.4, o Participante poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.		o percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.4.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	17.4.4	Caso o Participante não exerça o direito de alterar o percentual, terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.5	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	17.5	Não será incluído no Saldo de Conta Total utilizado para o cálculo do Benefício a ser concedido na forma de renda vitalícia o saldo da Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.5.1	Ocorrendo a opção do Participante por receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 18.4, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	17.5.1	Ocorrendo a opção do Participante por receber o Benefício na forma do disposto no inciso I do item 17.4, o saldo da Conta Portabilidade será transformado em Benefício adicional a ser pago por um prazo de 10 (dez) anos.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
18.6	Na hipótese de o Participante ficar inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, o Benefício de Aposentadoria por Invalidez será calculado na forma do disposto no Capítulo XVII deste Regulamento.	17.6	Na hipótese de o Participante ficar inválido durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, o Benefício de Aposentadoria por Invalidez será calculado na forma do disposto no Capítulo XVI deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
18.7	Em caso de falecimento do Participante, durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, a Pensão por Morte, devida aos Dependentes do Participante, será calculada na forma do disposto no Capítulo XIX deste Regulamento.	17.7	Em caso de falecimento do Participante, durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional, a Pensão por Morte, devida aos Dependentes do Participante, será calculada na forma do disposto no Capítulo XVIII deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XIX – DA PENSÃO POR MORTE		CAPÍTULO XVIII – DA PENSÃO POR MORTE		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.1	A Pensão por Morte será devida aos Dependentes do Participante definidos no item 3.5, observado o disposto no item 19.2 deste Regulamento.	18.1	A Pensão por Morte será devida aos Dependentes do Participante definidos no item 3.5, observado o disposto no item 18.2 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.2	O Benefício de Pensão por Morte será devido aos Dependentes do Participante em gozo de Aposentadoria ou de Benefício Proporcional na data do falecimento que, por ocasião da concessão deste Benefício, optou por recebê-lo por prazo determinado ou em percentual do Saldo de Conta Total, somente se não tiver expirado o prazo escolhido pelo Participante ou esgotado o Saldo de Conta Total, conforme o caso.	18.2	O Benefício de Pensão por Morte será devido aos Dependentes do Participante em gozo de Aposentadoria ou de Benefício Proporcional na data do falecimento que, por ocasião da concessão deste Benefício, optou por recebê-lo por prazo determinado ou em percentual do Saldo de Conta Total, somente se não tiver expirado o prazo escolhido pelo Participante ou esgotado o Saldo de Conta Total, conforme o caso.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
19.3	A Pensão por Morte devida aos Dependentes do Participante que, por ocasião do falecimento, recebia Benefício na forma de renda vitalícia consistirá em uma renda mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional que o Participante percebia, desde que vitalício, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) por Dependente até o máximo de 5 (cinco).	18.3	A Pensão por Morte devida aos Dependentes do Participante que, por ocasião do falecimento, recebia Benefício na forma de renda vitalícia consistirá em uma renda mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional que o Participante percebia, desde que vitalício, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) por Dependente até o máximo de 5 (cinco).	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.4	Observado o disposto nos subitens 19.4.1, 19.4.2 e 19.4.3, a Pensão por Morte devida aos Dependentes de Participante que, na data do falecimento, estava em gozo de Benefício por este Plano consistirá numa renda mensal correspondente a: I 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Participante percebia na data do falecimento, na hipótese de ter optado por receber o Benefício por prazo determinado; ou II a aplicação do último percentual definido pelo Participante sobre o Saldo de Conta Total remanescente, caso tenha optado por essa alternativa	18.4	Observado o disposto nos subitens 18.4.1, 18.4.2 e 18.4.3 , a Pensão por Morte devida aos Dependentes de Participante que, na data do falecimento, estava em gozo de Benefício por este Plano consistirá numa renda mensal correspondente a: I 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Participante percebia na data do falecimento, na hipótese de ter optado por receber o Benefício por prazo determinado; ou II a aplicação do último percentual definido pelo Participante sobre o Saldo de Conta Total remanescente,	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	de recebimento de Benefício.		caso tenha optado por essa alternativa de recebimento de Benefício.	
19.4.1	Na hipótese de aplicação do inciso II do item 19.4, o Dependente poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total, entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento), para vigorar no exercício seguinte.	18.4.1	Na hipótese de aplicação do inciso II do item 18.4 , o Dependente poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total, entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento), para vigorar no exercício seguinte.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.4.2	Caso o Dependente não exerça o direito de alterar o percentual, será mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	18.4.2	Caso o Dependente não exerça o direito de alterar o percentual, será mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.4.3	Na existência de mais de um Dependente, a opção pela alteração do percentual prevista no subitem 19.4.1 somente será permitida desde que haja a concordância de todos os Dependentes, assinando, inclusive, em conjunto, o termo de opção a ser fornecido pela Fundação.	18.4.3	Na existência de mais de um Dependente, a opção pela alteração do percentual prevista no subitem 18.4.1 somente será permitida desde que haja a concordância de todos os Dependentes, assinando, inclusive, em conjunto, o termo de opção a ser fornecido pela Fundação.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.5	Os Dependentes de Participante que,	18.5	Os Dependentes de Participante que,	▪ Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>na data do falecimento, estava em gozo de Benefício por este Plano receberão a Pensão por Morte adicional correspondente ao valor do Benefício adicional do Participante até expirar o prazo previsto neste Regulamento.</p>	<p>na data do falecimento, estava em gozo de Benefício por este Plano receberão a Pensão por Morte adicional correspondente ao valor do Benefício adicional do Participante até expirar o prazo previsto neste Regulamento.</p>	<p>da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>19.6 O Benefício de Pensão por Morte do Participante que, por ocasião do falecimento, não recebia Benefício por este Plano consistirá em uma renda mensal apurada de acordo com a opção dos Dependentes por uma das seguintes formas de renda:</p> <p>I renda vitalícia, observado o disposto no subitem 19.6.4;</p> <p>II renda por prazo determinado que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	<p>18.6 O Benefício de Pensão por Morte do Participante que, por ocasião do falecimento, não recebia Benefício por este Plano consistirá em uma renda mensal apurada de acordo com a opção dos Dependentes por uma das seguintes formas de renda:</p> <p>I renda vitalícia, observado o disposto no subitem 18.6.4;</p> <p>II renda por prazo determinado que será de, no mínimo, 10 (dez) anos e de, no máximo, 20 (vinte) anos;</p> <p>III renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>19.6.1 A escolha por uma das alternativas previstas no item 19.6 deverá ser formulada pelo Dependente, por escrito, na data do requerimento do</p>	<p>18.6.1 A escolha por uma das alternativas previstas no item 18.6 deverá ser formulada pelo Dependente, por escrito, na data do requerimento do</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	respectivo Benefício.		respectivo Benefício.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.6.2	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 19.6, o Dependente poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	18.6.2	Na hipótese de opção pelo disposto no inciso III do item 18.6 , o Dependente poderá, anualmente, no mês de novembro, alterar, por escrito, o percentual a ser aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.6.3	Caso o Dependente não exerça o direito de alterar o percentual, será mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	18.6.3	Caso o Dependente não exerça o direito de alterar o percentual, será mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.6.4	Não terá direito a optar pelo inciso I do item 19.6 os Dependentes do Participante que falecer durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional e que não tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Pensão por Morte nem recolhido a Contribuição de Risco	18.6.4	Não terá direito a optar pelo inciso I do item 18.6 os Dependentes do Participante que falecer durante o período de espera pela concessão do Benefício Proporcional e que não tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Pensão por Morte nem recolhido a Contribuição de Risco	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	prevista neste Regulamento.		prevista neste Regulamento.	
19.6.5	Na existência de mais de um Dependente, a opção pela forma de recebimento do Benefício e pela alteração do percentual prevista no item 19.6.2, somente serão permitidas desde que haja a concordância de todos os Dependentes, assinando, inclusive, em conjunto, o termo de opção a ser fornecido pela Fundação.	18.6.5	Na existência de mais de um Dependente, a opção pela forma de recebimento do Benefício e pela alteração do percentual prevista no item 18.6.2 , somente serão permitidas desde que haja a concordância de todos os Dependentes, assinando, inclusive, em conjunto, o termo de opção a ser fornecido pela Fundação.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.7	Na hipótese de o Dependente optar pela renda vitalícia prevista no inciso I do item 19.6, o Benefício de Pensão por Morte consistirá em uma renda mensal inicial correspondente a 50% (cinquenta por cento), mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) por Dependente até o máximo de 5 (cinco), do valor obtido com a aplicação da seguinte fórmula: (90% SRB – 9 x URF), sendo: SRB: conforme definido no Capítulo XIV deste Regulamento URF: Unidade de Referência Fusesc	18.7	Na hipótese de o Dependente optar pela renda vitalícia prevista no inciso I do item 18.6 , o Benefício de Pensão por Morte consistirá em uma renda mensal inicial correspondente a 50% (cinquenta por cento), mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) por Dependente até o máximo de 5 (cinco), do valor obtido com a aplicação da seguinte fórmula: (90% SRB – 9 x URF), sendo: SRB: conforme definido no Capítulo XIII deste Regulamento URF: Unidade de Referência Fusesc	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.7.1	Caso o ingresso do Participante, neste Plano de Benefícios, tenha ocorrido a	18.7.1	Caso o ingresso do Participante, neste Plano de Benefícios, tenha	▪ Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia contado da data de celebração do contrato individual de trabalho, a fórmula prevista no item 19.7 será substituída por $(90\% \text{ SRB} - 9 \times \text{URF}) \times \text{TVP}/30$.		ocorrido a partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia contado da data de celebração do contrato individual de trabalho, a fórmula prevista no item 18.7 será substituída por $(90\% \text{ SRB} - 9 \times \text{URF}) \times \text{TVP}/30$.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.7.2	Caso a provisão matemática correspondente à renda mensal inicial da Pensão por Morte seja inferior ao Saldo de Conta Total, excluídas as Contas Adicional e Portabilidade, a renda inicial será ajustada de forma a refletir o valor do referido saldo no momento da concessão do Benefício.	18.7.2	Caso a provisão matemática correspondente à renda mensal inicial da Pensão por Morte seja inferior ao Saldo de Conta Total, excluídas as Contas Adicional e Portabilidade, a renda inicial será ajustada de forma a refletir o valor do referido saldo no momento da concessão do Benefício.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.7.3	No caso de Pensão por Morte concedida na forma de renda vitalícia, será assegurado aos Dependentes o recebimento: I do saldo da Conta Adicional, em parcela única; II de um Benefício adicional correspondente à transformação do saldo da Conta Portabilidade em renda, a ser paga por 20 (vinte) anos.	18.7.3	No caso de Pensão por Morte concedida na forma de renda vitalícia, será assegurado aos Dependentes o recebimento: I do saldo da Conta Adicional, em parcela única; II de um Benefício adicional correspondente à transformação do saldo da Conta Portabilidade em renda, a ser paga por 20 (vinte) anos.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.7.4	A Pensão por Morte devida ao Dependente do Participante que falecer durante o período de espera pela concessão do Benefício	18.7.4	A Pensão por Morte devida ao Dependente do Participante que falecer durante o período de espera pela concessão do Benefício	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Proporcional somente será calculada conforme o disposto no item 19.7 e seus subitens, caso o Participante tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Pensão por Morte e tenha recolhido a Contribuição de Risco prevista neste Regulamento.		Proporcional somente será calculada conforme o disposto no item 18.7 e seus subitens, caso o Participante tenha optado pela garantia assegurada por este Plano para o Benefício de Pensão por Morte e tenha recolhido a Contribuição de Risco prevista neste Regulamento.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.8	Na hipótese de o Dependente optar pelas formas de renda previstas nos incisos II e III do item 19.6, a Transformação do Saldo de Conta Total será efetuada de acordo com a opção.	18.8	Na hipótese de o Dependente optar pelas formas de renda previstas nos incisos II e III do item 18.6 , a Transformação do Saldo de Conta Total será efetuada de acordo com a opção.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.9	A concessão da Pensão por Morte não será protelada pela falta de requerimento de outro possível Dependente e a sua respectiva inclusão, após a referida concessão, só produzirá efeito a partir da data do requerimento, observadas as condições estabelecidas no item 24.1 e as demais disposições deste Regulamento.	18.9	A concessão da Pensão por Morte não será protelada pela falta de requerimento de outro possível Dependente e a sua respectiva inclusão, após a referida concessão, só produzirá efeito a partir da data do requerimento, observadas as condições estabelecidas no item 23.1 e as demais disposições deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.10	O Benefício de Pensão por Morte será rateado em partes iguais entre os	18.10	O Benefício de Pensão por Morte será rateado em partes iguais entre	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Dependentes.		os Dependentes.	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.11	Observado o disposto no item 3.5 deste Regulamento, a perda da condição de Dependente, decorrente da perda desta condição na Previdência Social, extingue a parcela da Pensão por Morte correspondente, devendo ser processados novo cálculo, quando se tratar de renda mensal vitalícia, e novo rateio do Benefício, em qualquer caso, considerando apenas os Dependentes remanescentes.	18.11	Observado o disposto no item 3.5 deste Regulamento, a perda da condição de Dependente, decorrente da perda desta condição na Previdência Social, extingue a parcela da Pensão por Morte correspondente, devendo ser processados novo cálculo, quando se tratar de renda mensal vitalícia, e novo rateio do Benefício, em qualquer caso, considerando apenas os Dependentes remanescentes.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.12	A Pensão por Morte será encerrada com a perda da condição do último Dependente ou quando expirar o prazo escolhido pelo Participante para recebimento do Benefício ou quando esgotar o Saldo de Conta Total, conforme opção do Participante, o que primeiro ocorrer, ou quando expirarem os prazos determinados neste Capítulo.	18.12	A Pensão por Morte será encerrada com a perda da condição do último Dependente ou quando expirar o prazo escolhido pelo Participante para recebimento do Benefício ou quando esgotar o Saldo de Conta Total, conforme opção do Participante, o que primeiro ocorrer, ou quando expirarem os prazos determinados neste Capítulo.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.13	Quando ocorrer a cessação da Pensão por Morte prevista no item	18.13	Quando ocorrer a cessação da Pensão por Morte prevista no item	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	19.12, em virtude da perda da condição do último Dependente definido no item 3.5, em se tratando de Benefício concedido por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total, as parcelas vincendas ou o montante restante do Saldo de Conta Total serão pagos, em parcela única, aos herdeiros do Participante falecido, mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação.		18.12 , em virtude da perda da condição do último Dependente definido no item 3.5, em se tratando de Benefício concedido por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total, as parcelas vincendas ou o montante restante do Saldo de Conta Total serão pagos, em parcela única, aos herdeiros do Participante falecido, mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.13.1	Os valores correspondentes aos pagamentos referidos no item 19.13 serão devidamente atualizados pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento.	18.13.1	Os valores correspondentes aos pagamentos referidos no item 18.13 serão devidamente atualizados pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
19.14	Não existindo Dependentes habilitados à concessão da Pensão por Morte, será assegurado aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação de alvará	18.14	Não existindo Dependentes habilitados à concessão da Pensão por Morte, será assegurado aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação de alvará	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação:</p> <p>I na hipótese de o Participante ter optado por receber o Benefício na forma de renda por prazo determinado ou percentual do saldo, o recebimento, em parcela única, do valor correspondente às parcelas vincendas do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional ou o Saldo de Conta Total remanescente, caso não tenha expirado o prazo escolhido pelo Participante ou esgotado o Saldo de Conta Total, conforme o caso;</p> <p>II o recebimento do Resgate, em caso de falecimento de Participante que não estava em gozo de Benefício, observado o disposto no item 23.4 deste Regulamento.</p>	<p>judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação:</p> <p>I na hipótese de o Participante ter optado por receber o Benefício na forma de renda por prazo determinado ou percentual do saldo, o recebimento, em parcela única, do valor correspondente às parcelas vincendas do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional ou o Saldo de Conta Total remanescente, caso não tenha expirado o prazo escolhido pelo Participante ou esgotado o Saldo de Conta Total, conforme o caso;</p> <p>II o recebimento do Resgate, em caso de falecimento de Participante que não estava em gozo de Benefício, observado o disposto no item 22.4 deste Regulamento.</p>	<p>consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>19.14.1 Os valores correspondentes aos pagamentos referidos nos incisos I e II do item 19.14 serão devidamente atualizados pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento.</p>	<p>18.14.1 Os valores correspondentes aos pagamentos referidos nos incisos I e II do item 18.14 serão devidamente atualizados pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
19.15	A Pensão por Morte será paga diretamente aos Dependentes que tiverem capacidade plena para os atos da vida civil ou se a Previdência Social tiver concedido a pensão diretamente a eles, se maior de 16 (dezesseis) anos, ou ao respectivo representante legal.	18.15	A Pensão por Morte será paga diretamente aos Dependentes que tiverem capacidade plena para os atos da vida civil ou se a Previdência Social tiver concedido a pensão diretamente a eles, se maior de 16 (dezesseis) anos, ou ao respectivo representante legal.	<p>renumeração dos Capítulos e itens.</p> <p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XX – DO ABONO ANUAL		CAPÍTULO XIX – DO ABONO ANUAL		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.1	O Abono Anual será concedido ao Participante que estiver recebendo ou que tenha recebido no exercício Benefício de prestação continuada e aos Dependentes que estejam recebendo ou que tenham recebido no exercício a Pensão por Morte.	19.1	O Abono Anual será concedido ao Participante que estiver recebendo ou que tenha recebido no exercício Benefício de prestação continuada e aos Dependentes que estejam recebendo ou que tenham recebido no exercício a Pensão por Morte.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.2	O Abono Anual devido aos Participantes e Dependentes, cujo Benefício tenha sido concedido na forma de renda vitalícia, será igual a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do Benefício referido no item 20.1, relativo à competência de dezembro, quantos forem os meses de vigência dos respectivos Benefícios no exercício até o máximo de 12/12 (doze doze avos).	19.2	O Abono Anual devido aos Participantes e Dependentes, cujo Benefício tenha sido concedido na forma de renda vitalícia, será igual a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do Benefício referido no item 19.1, relativo à competência de dezembro, quantos forem os meses de vigência dos respectivos Benefícios no exercício até o máximo de 12/12 (doze doze avos).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.2.1	Na ocorrência de cessação do	19.2.1	Na ocorrência de cessação do	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Benefício de que trata o item 20.2 em data anterior ao mês de dezembro, o valor do Abono Anual será igual a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do Benefício no mês da respectiva cessação, quantos forem os meses de vigência dos respectivos Benefícios no exercício até o máximo de 11/12 (onze doze avos).		Benefício de que trata o item 19.2 em data anterior ao mês de dezembro, o valor do Abono Anual será igual a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do Benefício no mês da respectiva cessação, quantos forem os meses de vigência dos respectivos Benefícios no exercício até o máximo de 11/12 (onze doze avos).	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.2.2	Quando o período de percepção for igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerado como mês completo para efeito da proporcionalidade mencionada no item 20.2 e no subitem 20.2.1 deste Regulamento.	19.2.2	Quando o período de percepção for igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerado como mês completo para efeito da proporcionalidade mencionada no item 19.2 e no subitem 19.2.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.2.3	Quando o período for inferior a 15 (quinze) dias, não será considerado o mês completo para efeito da proporcionalidade mencionada no item 20.2 e no subitem 20.2.1 deste Regulamento.	19.2.3	Quando o período for inferior a 15 (quinze) dias, não será considerado o mês completo para efeito da proporcionalidade mencionada no item 19.2 e no subitem 19.2.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.3	Caso o Benefício tenha sido concedido na forma de renda por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta	19.3	Caso o Benefício tenha sido concedido na forma de renda por prazo determinado ou correspondente a um percentual do Saldo de Conta	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Total, o Abono Anual devido aos Participantes e Dependentes corresponderá ao valor do Benefício do mês de dezembro de cada ano.		Total, o Abono Anual devido aos Participantes e Dependentes corresponderá ao valor do Benefício do mês de dezembro de cada ano.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.3.1	Não será devido o Abono Anual quando tiver esgotado o Saldo de Conta Total.	19.3.1	Não será devido o Abono Anual quando tiver esgotado o Saldo de Conta Total.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.4	O pagamento dos Benefícios mencionados nos itens 20.2 e 20.3 será efetuado, a critério da Fundação, até o último dia do mês de dezembro de cada ano.	19.4	O pagamento dos Benefícios mencionados nos itens 19.2 e 19.3 será efetuado, a critério da Fundação, até o último dia do mês de dezembro de cada ano.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
20.5	A Fundação poderá, mediante critérios uniformes e não discriminatórios, conceder ao Participante ou ao Dependente que estiver recebendo Benefício na forma de renda vitalícia, um adiantamento do Abono Anual, que será compensado por ocasião do pagamento do Benefício.	19.5	A Fundação poderá, mediante critérios uniformes e não discriminatórios, conceder ao Participante ou ao Dependente que estiver recebendo Benefício na forma de renda vitalícia, um adiantamento do Abono Anual, que será compensado por ocasião do	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	pagamento do Benefício.	

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXI – DO REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS		CAPÍTULO XX – DO REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
21.1	Ressalvado o disposto no item 21.2, os Benefícios de prestação continuada previstos neste Regulamento serão reajustados anualmente, a partir do mês subsequente à Data de Início do Benefício, no mês de setembro de cada ano, em percentual igual ao da variação do INPC correspondente ao período a que se referir o reajustamento.	20.1 Ressalvado o disposto no item 20.2 , os Benefícios de prestação continuada previstos neste Regulamento serão reajustados anualmente, a partir do mês subsequente à Data de Início do Benefício, no mês de setembro de cada ano, em percentual igual ao da variação do INPC correspondente ao período a que se referir o reajustamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
21.1.1	Para efeito do disposto no item 21.1, serão utilizados os índices divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos ao período decorrido desde o último mês de reajustamento, inclusive, ou do mês da Data de Início do Benefício, se posterior, até o mês que antecede o reajustamento.	20.1.1 Para efeito do disposto no item 20.1 , serão utilizados os índices divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos ao período decorrido desde o último mês de reajustamento, inclusive, ou do mês da Data de Início do Benefício, se posterior, até o mês que antecede o reajustamento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
21.1.2	Considerar-se-á somente no primeiro reajuste e exclusivamente para efeito do disposto neste subitem como mês de início do Benefício de Pensão por Morte concedido aos Dependentes do Participante que, na data do falecimento, estava em gozo de Benefício de renda mensal vitalícia, o mês do início do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional ou obrigatoriamente o mês do último reajuste do Benefício ocorrido de acordo com a regra prevista no item 21.1, se posterior.	20.1.2	Considerar-se-á somente no primeiro reajuste e exclusivamente para efeito do disposto neste subitem como mês de início do Benefício de Pensão por Morte concedido aos Dependentes do Participante que, na data do falecimento, estava em gozo de Benefício de renda mensal vitalícia, o mês do início do Benefício de Aposentadoria ou do Benefício Proporcional ou obrigatoriamente o mês do último reajuste do Benefício ocorrido de acordo com a regra prevista no item 20.1 , se posterior.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
21.2	Os Benefícios concedidos por prazo determinado ou correspondentes a um percentual do Saldo de Conta Total serão revistos mensalmente, de acordo com o Retorno de Investimentos obtido no mês imediatamente anterior ao mês de competência.	20.2	Os Benefícios concedidos por prazo determinado ou correspondentes a um percentual do Saldo de Conta Total serão revistos mensalmente, de acordo com o Retorno de Investimentos obtido no mês imediatamente anterior ao mês de competência.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXII – DO INSTITUTO DA PORTABILIDADE		CAPÍTULO XXI – DO INSTITUTO DA PORTABILIDADE		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.1	A Portabilidade significa o Instituto que possibilita ao Participante transferir recursos correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora ou para este Plano de Benefícios.	21.1	A Portabilidade significa o Instituto que possibilita ao Participante transferir recursos correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora ou para este Plano de Benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.2	<p>O Participante que deixar de ser empregado da Patrocinadora poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, na data do Término do Vínculo Empregatício, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano – TVP;</p> <p>II não estar em gozo de Benefício por este Plano de</p>	21.2	<p>O Participante que deixar de ser empregado da Patrocinadora poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, na data do Término do Vínculo Empregatício, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano – TVP;</p> <p>II não estar em gozo de Benefício por</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Benefícios; III não ter optado pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e do Resgate, ressalvado o disposto no item 22.3 deste Regulamento.	este Plano de Benefícios; III não ter optado pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e do Resgate, ressalvado o disposto no item 21.3 deste Regulamento.	
22.2.1	Não será exigido o cumprimento do disposto no inciso I do item 22.2 quando a opção pelo Instituto da Portabilidade referir-se a recursos oriundos de outros planos de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, registrados e alocados na Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	21.2.1 Não será exigido o cumprimento do disposto no inciso I do item 21.2 quando a opção pelo Instituto da Portabilidade referir-se a recursos oriundos de outros planos de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, registrados e alocados na Conta Portabilidade prevista na alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.2.2	A opção pelo Instituto da Portabilidade deverá ser manifestada pelo Participante, por meio do termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 27.1 deste Regulamento.	21.2.2 A opção pelo Instituto da Portabilidade deverá ser manifestada pelo Participante, por meio do termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do extrato de que trata o item 26.1 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.3	O Participante que, por ocasião do Término do Vínculo Empregatício, tenha optado pelo Instituto do	21.3 O Participante que, por ocasião do Término do Vínculo Empregatício, tenha optado pelo Instituto do	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido ou tenha a opção por este último presumida pela Fundação poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, por ocasião de sua opção, preencha as condições previstas nos incisos do item 22.2 deste Regulamento.	Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido ou tenha a opção por este último presumida pela Fundação poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, por ocasião de sua opção, preencha as condições previstas nos incisos do item 21.2 deste Regulamento.	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.4	O Participante que optar pelo Instituto da Portabilidade terá direito a portar os recursos correspondentes ao seu direito acumulado, equivalente a 100% (cem por cento) do saldo das Contas de Participante e de Patrocinadora previstas nos subitens 11.1.1 e 11.1.2 deste Regulamento, registradas pela Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo as Contribuições realizadas posteriormente.	21.4 O Participante que optar pelo Instituto da Portabilidade terá direito a portar os recursos correspondentes ao seu direito acumulado, equivalente a 100% (cem por cento) do saldo das Contas de Participante e de Patrocinadora previstas nos subitens 11.1.1 e 11.1.2 deste Regulamento, registradas pela Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo as Contribuições realizadas posteriormente.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.4.1	O Participante que não tiver direito a portar os recursos acumulados neste Plano de Benefícios e que estiver enquadrado no disposto no subitem 22.2.1 terá direito a portar somente os recursos alocados na Conta Portabilidade de que trata a alínea (d) do subitem 11.1.1 deste Regulamento.	21.4.1 O Participante que não tiver direito a portar os recursos acumulados neste Plano de Benefícios e que estiver enquadrado no disposto no subitem 21.2.1 terá direito a portar somente os recursos alocados na Conta Portabilidade de que trata a alínea (d) do subitem 11.1.1 deste	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		Regulamento.	
22.4.2	Na hipótese de o Participante optar por uma entidade aberta de previdência complementar, a integralidade dos recursos a serem portados deverá ser utilizada para a contratação de um benefício pago na forma de renda mensal vitalícia ou por um prazo determinado de, no mínimo, igual período em que a reserva foi constituída neste Plano de Benefícios, não podendo ser inferior a 15 (quinze) anos.	21.4.2 Na hipótese de o Participante optar por uma entidade aberta de previdência complementar, a integralidade dos recursos a serem portados deverá ser utilizada para a contratação de um benefício pago na forma de renda mensal vitalícia ou por um prazo determinado de, no mínimo, igual período em que a reserva foi constituída neste Plano de Benefícios, não podendo ser inferior a 15 (quinze) anos.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.5	No prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega pelo Participante do termo de opção, a Fundação deverá encaminhar à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos, o termo de portabilidade devidamente preenchido.	21.5 No prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega pelo Participante do termo de opção, a Fundação deverá encaminhar à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos, o termo de portabilidade devidamente preenchido.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.6	A transferência dos recursos financeiros para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme escolha do Participante, ocorrerá até o 5º (quinto)	21.6 A transferência dos recursos financeiros para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme escolha do Participante, ocorrerá até o 5º (quinto)	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	dia útil do mês subsequente à data da entrega do termo de portabilidade na entidade receptora.		dia útil do mês subsequente à data da entrega do termo de portabilidade na entidade receptora.	renumeração dos Capítulos e itens.
22.7	A opção do Participante pelo Instituto da Portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se com a transferência dos recursos toda e qualquer obrigação da Fundação perante o Participante, seus Dependentes e herdeiros legais.	21.7	A opção do Participante pelo Instituto da Portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se com a transferência dos recursos toda e qualquer obrigação da Fundação perante o Participante, seus Dependentes e herdeiros legais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
22.8	O Instituto da Portabilidade não implicará, em nenhuma hipótese, qualquer pagamento pela Fundação diretamente ao Participante.	21.8	O Instituto da Portabilidade não implicará, em nenhuma hipótese, qualquer pagamento pela Fundação diretamente ao Participante.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXIII – DO INSTITUTO DO RESGATE		CAPÍTULO XXII – DO INSTITUTO DO RESGATE		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.1	O Resgate significa o Instituto que possibilita ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento da Patrocinadora e deste Plano de Benefícios.	22.1	O Resgate significa o Instituto que possibilita ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento da Patrocinadora e deste Plano de Benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2	Observado o disposto nos subitens 23.2.1 a 23.2.6, o Participante que se desligar da Patrocinadora e da Fundação e não opte pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e da Portabilidade terá direito, mediante termo de opção, a receber 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Participante, excluída a Conta Portabilidade.	22.2	Observado o disposto nos subitens 22.2.1 a 22.2.6 , o Participante que se desligar da Patrocinadora e da Fundação e não opte pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e da Portabilidade terá direito, mediante termo de opção, a receber 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Participante, excluída a Conta Portabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.1	O Resgate não será permitido caso o	22.2.1	O Resgate não será permitido caso o	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função

	REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Participante esteja em gozo de qualquer Benefício oferecido por este Plano.		Participante esteja em gozo de qualquer Benefício oferecido por este Plano.	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.2	Para fins do disposto no item 23.2, o saldo da Conta de Participante será aquele registrado pela Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo as Contribuições realizadas posteriormente.	22.2.2	Para fins do disposto no item 22.2 , o saldo da Conta de Participante será aquele registrado pela Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo as Contribuições realizadas posteriormente.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.3	Será facultado o Resgate de recursos, oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de previdência complementar aberta, administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora.	22.2.3	Será facultado o Resgate de recursos, oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de previdência complementar aberta, administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.4	Os recursos portados, oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar serão objeto de nova Portabilidade, sendo, portanto, vedado	23.2.4	Os recursos portados, oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar serão objeto de nova Portabilidade, sendo, portanto,	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	o resgate destes recursos.		vedado o resgate destes recursos.	renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.5	Na hipótese de o desligamento da Patrocinadora e da Fundação não ser simultâneo, o direito mencionado no item 23.2 somente se efetivará na data em que ocorrer o último desligamento.	22.2.5	Na hipótese de o desligamento da Patrocinadora e da Fundação não ser simultâneo, o direito mencionado no item 22.2 somente se efetivará na data em que ocorrer o último desligamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.2.6	Na hipótese de o Participante não requerer o Resgate no prazo prescricional previsto na legislação aplicável, os respectivos valores serão incorporados ao patrimônio deste Plano de Benefícios, observado o direito dos menores, ausentes e incapazes na forma da lei.	22.2.6	Na hipótese de o Participante não requerer o Resgate no prazo prescricional previsto na legislação aplicável, os respectivos valores serão incorporados ao patrimônio deste Plano de Benefícios, observado o direito dos menores, ausentes e incapazes na forma da lei.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.3	O pagamento do Resgate será efetuado em parcela única ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.	22.3	O pagamento do Resgate será efetuado em parcela única ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
23.3.1	O pagamento do Resgate será efetuado até o último dia útil do mês	22.3.1	O pagamento do Resgate será efetuado até o último dia útil do mês	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>subseqüente ao do termo de opção e, no caso de o Participante optar pelo pagamento parcelado, as parcelas serão pagas até o último dia útil dos meses subseqüentes, devidamente atualizadas com base no Retorno de Investimentos obtido até o mês que antecede o pagamento de cada parcela.</p>	<p>subsequente ao do termo de opção e, no caso de o Participante optar pelo pagamento parcelado, as parcelas serão pagas até o último dia útil dos meses subsequentes, devidamente atualizadas com base no Retorno de Investimentos obtido até o mês que antecede o pagamento de cada parcela.</p>	<p>Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>23.3.2 A opção pelo parcelamento do pagamento do Resgate não assegura a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios.</p>	<p>22.3.2 A opção pelo parcelamento do pagamento do Resgate não assegura a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>23.4 A percepção de qualquer parcela a título de Benefício de Aposentadoria, Pensão por Morte ou Benefício Proporcional extingue o direito ao Resgate previsto neste Capítulo.</p>	<p>22.4 A percepção de qualquer parcela a título de Benefício de Aposentadoria, Pensão por Morte ou Benefício Proporcional extingue o direito ao Resgate previsto neste Capítulo.</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>23.5 O pagamento do Resgate extingue toda e qualquer obrigação da Fundação, perante o Participante, os Dependentes e os herdeiros legais,</p>	<p>22.5 O pagamento do Resgate extingue toda e qualquer obrigação da Fundação, perante o Participante, os Dependentes e os herdeiros legais,</p>	<p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
exceto a obrigação decorrente do parcelamento do Resgate e da Portabilidade, se for o caso.	exceto a obrigação decorrente do parcelamento do Resgate e da Portabilidade, se for o caso.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXIV – DA PRESCRIÇÃO E DOS CRÉDITOS NÃO RECEBIDOS OU NÃO RECLAMADOS		CAPÍTULO XXIII – DA PRESCRIÇÃO E DOS CRÉDITOS NÃO RECEBIDOS OU NÃO RECLAMADOS		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.1	Sem prejuízo do direito aos Benefícios previstos neste Plano, prescreve em 5 (cinco) anos o direito ao recebimento das prestações não reclamadas, contados da data em que seriam devidas, as quais serão incorporadas ao patrimônio deste Plano de Benefícios, resguardados os direitos dos menores, dos incapazes e ausentes, na forma da lei.	23.1	Sem prejuízo do direito aos Benefícios previstos neste Plano, prescreve em 5 (cinco) anos o direito ao recebimento das prestações não reclamadas, contados da data em que seriam devidas, as quais serão incorporadas ao patrimônio deste Plano de Benefícios, resguardados os direitos dos menores, dos incapazes e ausentes, na forma da lei.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.2	As importâncias não recebidas em vida pelo Participante, referentes a créditos vencidos e não prescritos na forma do item 24.1, serão pagas aos Dependentes com direito ao recebimento do Benefício de Pensão por Morte, descontados os valores relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II devidos à Fundação.	23.2	As importâncias não recebidas em vida pelo Participante, referentes a créditos vencidos e não prescritos na forma do item 23.1 , serão pagas aos Dependentes com direito ao recebimento do Benefício de Pensão por Morte, descontados os valores relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II devidos à Fundação.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.2.1	Existindo na data do pagamento mais	23.2.1	Existindo na data do pagamento mais	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	de um grupo familiar, as importâncias mencionadas no item 24.2 serão rateadas em partes iguais entre os Dependentes.		de um grupo familiar, as importâncias mencionadas no item 23.2 serão rateadas em partes iguais entre os Dependentes.	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.2.2	O pagamento previsto no item 24.2 não será adiado pela falta de requerimento de outro possível Dependente.	23.2.2	O pagamento previsto no item 23.2 não será adiado pela falta de requerimento de outro possível Dependente.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.2.3	Na hipótese de falecimento do titular do direito, as importâncias devidas pela Fundação, às quais não se aplique a sistemática definida nos itens 24.1 e 24.2, serão pagas aos herdeiros legais, mediante a apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos da ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação.	23.2.3	Na hipótese de falecimento do titular do direito, as importâncias devidas pela Fundação, às quais não se aplique a sistemática definida nos itens 23.1 e 23.2 , serão pagas aos herdeiros legais, mediante a apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos da ação de inventário ou arrolamento correspondente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta apresentação.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
24.2.4	As importâncias de que trata o subitem 24.2.3 serão atualizadas	23.2.4	As importâncias de que trata o subitem 23.2.3 serão atualizadas	▪ Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
desde a data em que são devidas até a data do efetivo pagamento, com base na variação acumulada do INPC.	desde a data em que são devidas até a data do efetivo pagamento, com base na variação acumulada do INPC.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXV – DA DIVULGAÇÃO		CAPÍTULO XXIV – DA DIVULGAÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
25.1	Aos Participantes será entregue cópia do Estatuto da Fundação, deste Regulamento, do certificado de Participante e da proposta de ingresso, além de material explicativo que descreva em linguagem simples e precisa as características deste Plano.	24.1	Aos Participantes será entregue cópia do Estatuto da Fundação, deste Regulamento, do certificado de Participante e da proposta de ingresso, além de material explicativo que descreva em linguagem simples e precisa as características deste Plano.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
25.1.1	O material explicativo não tem efeito de, isoladamente dos demais documentos referidos no item 25.1, determinar direitos e obrigações de qualquer pessoa no Plano de Benefícios e não gerará qualquer responsabilidade para as Patrocinadoras e para a Fundação, em excesso às previstas no Estatuto e neste Regulamento.	24.1.1	O material explicativo não tem efeito de, isoladamente dos demais documentos referidos no item 24.1, determinar direitos e obrigações de qualquer pessoa no Plano de Benefícios e não gerará qualquer responsabilidade para as Patrocinadoras e para a Fundação, em excesso às previstas no Estatuto e neste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
25.2	Todas as interpretações das disposições deste Plano de Benefícios	24.2	Todas as interpretações das disposições deste Plano de	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	deverão ser baseadas neste Regulamento, no convênio de adesão celebrado com a respectiva Patrocinadora, no Estatuto da Fundação e na legislação aplicável.	Benefícios deverão ser baseadas neste Regulamento, no convênio de adesão celebrado com a respectiva Patrocinadora, no Estatuto da Fundação e na legislação aplicável.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
25.3	Em qualquer caso de divergência entre os dispositivos do Estatuto da Fundação e deste Regulamento, no que se referir ao Plano de Benefícios, os dispositivos deste Regulamento prevalecerão.	24.3 Em qualquer caso de divergência entre os dispositivos do Estatuto da Fundação e deste Regulamento, no que se referir ao Plano de Benefícios, os dispositivos deste Regulamento prevalecerão.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXVI – DAS ALTERAÇÕES E DA LIQUIDAÇÃO DO PLANO		CAPÍTULO XXV – DAS ALTERAÇÕES E DA LIQUIDAÇÃO DO PLANO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
26.1	O plano de custeio e o Plano de Benefícios poderão ser modificados em qualquer tempo, desde que, no caso do Plano de Benefícios, o Regulamento seja aprovado pelo órgão público competente, ressalvados os direitos já adquiridos e os Benefícios acumulados até a data da modificação.	25.1 O plano de custeio e o Plano de Benefícios poderão ser modificados em qualquer tempo, desde que, no caso do Plano de Benefícios, o Regulamento seja aprovado pelo órgão público competente, ressalvados os direitos já adquiridos e os Benefícios acumulados até a data da modificação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
26.2	Observado o disposto no Estatuto da Fundação, a Patrocinadora poderá propor a extinção do Plano de Benefícios, sujeita à aprovação do Conselho Deliberativo e do órgão público competente.	25.2 Observado o disposto no Estatuto da Fundação, a Patrocinadora poderá propor a extinção do Plano de Benefícios, sujeita à aprovação do Conselho Deliberativo e do órgão público competente.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.1	A Fundação fornecerá ao Participante um extrato na forma prevista na legislação em vigor, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da informação da Patrocinadora referente ao Término do Vínculo Empregatício do Participante ou da data do requerimento efetuado pelo Participante.	26.1	A Fundação fornecerá ao Participante um extrato na forma prevista na legislação em vigor, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da informação da Patrocinadora referente ao Término do Vínculo Empregatício do Participante ou da data do requerimento efetuado pelo Participante.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.1.1	Caso o Participante venha questionar qualquer informação constante do extrato referido no item 27.1, o prazo para opção de qualquer dos Institutos ficará suspenso até que a Fundação preste os esclarecimentos devidos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do pedido formulado pelo Participante.	26.1.1	Caso o Participante venha questionar qualquer informação constante do extrato referido no item 26.1 , o prazo para opção de qualquer dos Institutos ficará suspenso até que a Fundação preste os esclarecimentos devidos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do pedido formulado pelo Participante.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.2	Nos casos de sinistros de grande proporção, a Fundação estabelecerá	26.2	Nos casos de sinistros de grande proporção, a Fundação estabelecerá	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	planejamento especial com a respectiva Patrocinadora, para atendimento da situação, de modo a resguardar a segurança e a continuação deste Plano de Benefícios, desde que aprovado pelo órgão público competente.		planejamento especial com a respectiva Patrocinadora, para atendimento da situação, de modo a resguardar a segurança e a continuação deste Plano de Benefícios, desde que aprovado pelo órgão público competente.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.3	O patrimônio deste Plano de Benefícios, administrado pela Fundação, será usado única e exclusivamente para custear os compromissos deste Plano de Benefícios, para o pagamento de Benefícios ou eventualidades contempladas dentro deste Regulamento.	26.3	O patrimônio deste Plano de Benefícios, administrado pela Fundação, será usado única e exclusivamente para custear os compromissos deste Plano de Benefícios, para o pagamento de Benefícios ou eventualidades contempladas dentro deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.4	Verificado erro no pagamento de qualquer Benefício ou mesmo concessão indevida, a Fundação fará a revisão e a respectiva correção dos valores, pagando ou reavendo o que lhe couber.	26.4	Verificado erro no pagamento de qualquer Benefício ou mesmo concessão indevida, a Fundação fará a revisão e a respectiva correção dos valores, pagando ou reavendo o que lhe couber.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.4.1	Os valores de que trata o item 27.4 serão atualizados com base na variação do INPC, considerando para este efeito o período decorrido desde a data do vencimento de cada	26.4.1	Os valores de que trata o item 26.4 serão atualizados com base na variação do INPC, considerando para este efeito o período decorrido desde a data do vencimento de cada	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	competência, quando se tratar de crédito ao Participante ou Dependente, ou da data do efetivo pagamento, em caso de débito do Participante ou Dependente para com a Fundação, até a data do efetivo pagamento.		competência, quando se tratar de crédito ao Participante ou Dependente, ou da data do efetivo pagamento, em caso de débito do Participante ou Dependente para com a Fundação, até a data do efetivo pagamento.	consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.4.2	Sem prejuízo do disposto no subitem 27.4.1, quando se tratar de débito do Participante ou Dependente, a Fundação procederá ao desconto mensal em valor não superior a 30% (trinta por cento) do valor do Benefício mensal a ser pago, até a completa liquidação.	26.4.2	Sem prejuízo do disposto no subitem 26.4.1 , quando se tratar de débito do Participante ou Dependente, a Fundação procederá ao desconto mensal em valor não superior a 30% (trinta por cento) do valor do Benefício mensal a ser pago, até a completa liquidação.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.5	Os valores devidos pelos Participantes, relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II, inclusive os oriundos de pagamentos efetuados a maior ou indevidamente, não quitados em vida, serão de responsabilidade do Dependente e deverão ser recolhidos à Fundação nos prazos e condições determinados neste Regulamento.	26.5	Os valores devidos pelos Participantes, relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II, inclusive os oriundos de pagamentos efetuados a maior ou indevidamente, não quitados em vida, serão de responsabilidade do Dependente e deverão ser recolhidos à Fundação nos prazos e condições determinados neste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.5.1	Na hipótese de existir mais de um grupo familiar, o débito mencionado no item 27.5 será rateado em partes	26.5.1	Na hipótese de existir mais de um grupo familiar, o débito mencionado no item 26.5 será rateado em partes	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
iguais entre os Dependentes.		iguais entre os Dependentes.		(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.5.2	Na hipótese da não-existência de Dependentes, será de responsabilidade dos herdeiros legais a quitação, em parcela única, dos valores devidos à Fundação pelos Participantes ou Dependentes, relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II, não quitados em vida, atualizados na forma do subitem 27.4.1 deste Regulamento.	26.5.2	Na hipótese da não-existência de Dependentes, será de responsabilidade dos herdeiros legais a quitação, em parcela única, dos valores devidos à Fundação pelos Participantes ou Dependentes, relativos ao Plano de Benefícios Multifuturo II, não quitados em vida, atualizados na forma do subitem 26.4.1 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.6	Os valores recebidos indevidamente pela Fundação serão devolvidos a quem de direito, devidamente atualizados na forma do disposto no subitem 27.4.1 deste Regulamento, não se aplicando quaisquer outras penalidades, inclusive juro e multa.	26.6	Os valores recebidos indevidamente pela Fundação serão devolvidos a quem de direito, devidamente atualizados na forma do disposto no subitem 26.4.1 deste Regulamento, não se aplicando quaisquer outras penalidades, inclusive juro e multa.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.7	Os valores dos Benefícios devidos pela Fundação que não forem pagos após seu requerimento nas datas estipuladas no item 13.9 e no subitem 13.9.1, serão atualizados na forma do subitem 27.4.1 deste Regulamento, não se aplicando quaisquer outras	26.7	Os valores dos Benefícios devidos pela Fundação que não forem pagos após seu requerimento nas datas estipuladas no item 12.9 e no subitem 12.9.1, serão atualizados na forma do subitem 26.4.1 deste Regulamento, não se aplicando quaisquer outras	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	penalidades, inclusive juro e multa.		penalidades, inclusive juro e multa.	Capítulos e itens.
27.8	Os Benefícios do Plano serão pagos, a critério da Fundação, mediante depósito em conta corrente em estabelecimento bancário por esta indicado, cheque nominal ou outra forma de pagamento a ser ajustada.	26.8	Os Benefícios do Plano serão pagos, a critério da Fundação, mediante depósito em conta corrente em estabelecimento bancário por esta indicado, cheque nominal ou outra forma de pagamento a ser ajustada.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.9	A Fundação, mediante critérios uniformes e não discriminatórios, poderá antecipar a concessão do Benefício de Pensão por Morte àquele que fizer jus ao seu recebimento nos termos deste Regulamento, mediante a apresentação do protocolo que comprove o requerimento do benefício correspondente na Previdência Social, ficando sujeito o Dependente à apresentação posterior do documento que confirme a concessão do benefício por aquele órgão, sem prejuízo do disposto nos itens 13.5 e 13.7 deste Regulamento.	26.9	A Fundação, mediante critérios uniformes e não discriminatórios, poderá antecipar a concessão do Benefício de Pensão por Morte àquele que fizer jus ao seu recebimento nos termos deste Regulamento, mediante a apresentação do protocolo que comprove o requerimento do benefício correspondente na Previdência Social, ficando sujeito o Dependente à apresentação posterior do documento que confirme a concessão do benefício por aquele órgão, sem prejuízo do disposto nos itens 12.5 e 12.7 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.10	Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, observadas,	26.10	Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, observadas,	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	em especial, a legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar, a legislação geral e a da Previdência Social, no que for aplicável, bem como os princípios gerais do direito e a equidade de tratamento.		em especial, a legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar, a legislação geral e a da Previdência Social, no que for aplicável, bem como os princípios gerais do direito e a equidade de tratamento.	(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.11	O valor da Unidade de Referência Fusc – URF não sofrerá alteração quando o INPC não sofrer variação em relação ao mês anterior ou a variação ocorrida for negativa.	26.11	O valor da Unidade de Referência Fusc – URF não sofrerá alteração quando o INPC não sofrer variação em relação ao mês anterior ou a variação ocorrida for negativa.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.12	Para efeito do disposto neste Regulamento, é vedada a aplicação de quaisquer outros índices de atualização ou correção, exceto aqueles expressamente previstos neste Regulamento ou determinados judicialmente.	26.12	Para efeito do disposto neste Regulamento, é vedada a aplicação de quaisquer outros índices de atualização ou correção, exceto aqueles expressamente previstos neste Regulamento ou determinados judicialmente.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.13	Em caso de extinção do INPC sem substituição oficial por outro índice, a Diretoria Executiva escolherá um indicador econômico substitutivo, cuja utilização ocorrerá após a aprovação do Conselho Deliberativo e do órgão	26.13	Em caso de extinção do INPC sem substituição oficial por outro índice, a Diretoria Executiva escolherá um indicador econômico substitutivo, cuja utilização ocorrerá após a aprovação do Conselho Deliberativo e do órgão	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	público competente.		público competente.	renumeração dos Capítulos e itens.
27.13.1	Ocorrendo a mudança de metodologia de cálculo do INPC, a Diretoria Executiva poderá escolher um indicador econômico substitutivo, cuja utilização ocorrerá após a aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação e do órgão público competente.	26.13.1	Ocorrendo a mudança de metodologia de cálculo do INPC, a Diretoria Executiva poderá escolher um indicador econômico substitutivo, cuja utilização ocorrerá após a aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação e do órgão público competente.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.13.2	À Fundação caberá informar às Patrocinadoras e aos Participantes o novo indicador econômico.	26.13.2	À Fundação caberá informar às Patrocinadoras e aos Participantes o novo indicador econômico.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
27.14	O silêncio da Fundação sobre qualquer assunto não implica em anuência e não tem o condão de constituir direito e/ou obrigação, prevalecendo todas as regras estabelecidas neste Regulamento.	26.14	O silêncio da Fundação sobre qualquer assunto não implica em anuência e não tem o condão de constituir direito e/ou obrigação, prevalecendo todas as regras estabelecidas neste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO XXVIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS		CAPÍTULO XXVII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS		<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1	Aos Participantes do Plano de Benefícios I de que trata o item 4.3 deste Regulamento será assegurado o direito de optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	27.1	Aos Participantes do Plano de Benefícios I de que trata o item 4.3 deste Regulamento será assegurado o direito de optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.1	A opção de que trata o item 28.1 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, mediante assinatura de instrumento de transação em conjunto com a Fundação e a Patrocinadora, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início de vigência deste Regulamento.	27.1.1	A opção de que trata o item 27.1 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, mediante assinatura de instrumento de transação em conjunto com a Fundação e a Patrocinadora, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início de vigência deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.2	Aos Participantes de que trata o item 28.1 afastados do trabalho por motivo de doença ou acidente em 1º/1/2003,	27.1.2	Aos Participantes de que trata o item 27.1 afastados do trabalho por motivo de doença ou acidente em 1º/1/2003,	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	o prazo previsto no subitem 28.1.1 será contado a partir da data da cessação da doença ou do retorno à atividade em Patrocinadora, conforme o caso, observado o disposto no subitem 28.1.3 deste Regulamento.		o prazo previsto no subitem 27.1.1 será contado a partir da data da cessação da doença ou do retorno à atividade em Patrocinadora, conforme o caso, observado o disposto no subitem 27.1.3 deste Regulamento.	Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.3	Sem prejuízo do disposto no subitem 28.1.2, será oferecido ao Participante de que trata o item 28.1, inclusive ao afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente, novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/11/2003 para optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	27.1.3	Sem prejuízo do disposto no subitem 27.1.2 , será oferecido ao Participante de que trata o item 27.1 , inclusive ao afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente, novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/11/2003 para optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.4	Sem prejuízo do disposto no subitem 28.1.2, será oferecido ao Participante do Plano de Benefícios I novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/6/2004 para optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	27.1.4	Sem prejuízo do disposto no subitem 27.1.2 , será oferecido ao Participante do Plano de Benefícios I novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/6/2004 para optar por sua vinculação a este Plano de Benefícios.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.5	Sem prejuízo do disposto no subitem 28.1.2, será oferecido ao Participante do Plano de Benefícios I novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/4/2006 para optar por sua	27.1.5	Sem prejuízo do disposto no subitem 27.1.2 , será oferecido ao Participante do Plano de Benefícios I novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 1º/4/2006 para optar por sua vinculação a este Plano de	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	vinculação a este Plano de Benefícios.		Benefícios.	renumeração dos Capítulos e itens.
28.1.6	A opção do Participante por pertencer ao Plano de Benefícios Multifuturo II tem caráter irreversível e extingue o direito do Participante de se beneficiar pelo Plano de Benefícios I, previsto no Regulamento do Plano de Benefícios I.	27.1.6	A opção do Participante por pertencer ao Plano de Benefícios Multifuturo II tem caráter irreversível e extingue o direito do Participante de se beneficiar pelo Plano de Benefícios I, previsto no Regulamento do Plano de Benefícios I.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2	Ao Participante da Fundação que optar pelo Plano de Benefícios Multifuturo II, na forma do item 28.1, será assegurada a alocação de uma Reserva Matemática Individual, observado o disposto nos subitens 28.2.1 a 28.2.6 deste Regulamento.	27.2	Ao Participante da Fundação que optar pelo Plano de Benefícios Multifuturo II, na forma do item 27.1 , será assegurada a alocação de uma Reserva Matemática Individual, observado o disposto nos subitens 27.2.1 a 27.2.6 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.1	A Reserva Matemática Individual de que trata o item 28.2 será apurada em 30/4/2001, considerando as regras e as condições estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios I e na legislação vigente, observado o disposto no subitem 28.2.2 deste Regulamento.	27.2.1	A Reserva Matemática Individual de que trata o item 27.2 será apurada em 30/4/2001, considerando as regras e as condições estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios I e na legislação vigente, observado o disposto no subitem 27.2.2 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.2	Para o Participante inscrito no Plano de Benefícios I, a partir de 1º/5/2001,	27.2.2	Para o Participante inscrito no Plano de Benefícios I, a partir de 1º/5/2001,	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	a Reserva Matemática Individual será apurada em 31/12/2002.		a Reserva Matemática Individual será apurada em 31/12/2002.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.3	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 28.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, devidamente atualizadas na forma do disposto no Regulamento do Plano de Benefícios I, será atualizada desde 1º/5/2001 até 31/12/2002, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	27.2.3	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 27.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, devidamente atualizadas na forma do disposto no Regulamento do Plano de Benefícios I, será atualizada desde 1º/5/2001 até 31/12/2002, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.4	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 28.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/11/2003 a 30/11/2003, será atualizada desde 1º/5/2001 até 31/10/2003, com base na variação do	27.2.4	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 27.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/11/2003 a 30/11/2003, será atualizada desde 1º/5/2001 até 31/10/2003, com base na variação do	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.		INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	
28.2.5	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 28.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/6/2004 a 30/6/2004, será atualizada desde 1º/1/2003 a 31/5/2004, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	27.2.5	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 27.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/6/2004 a 30/6/2004, será atualizada desde 1º/1/2003 a 31/5/2004, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.6	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 28.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/4/2006 a 30/4/2006, será atualizada desde 1º/5/2001 a 31/3/2006, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	27.2.6	A diferença, se positiva, entre o valor da Reserva Matemática Individual apurada na forma do subitem 27.2.1 e 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante, para os Participantes que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios no período de 1º/4/2006 a 30/4/2004, será atualizada desde 1º/5/2001 a 31/3/2006, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.2.7	Para os Participantes vinculados ao	27.2.7	Para os Participantes vinculados ao	▪ Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
28.3	27.3	<p>da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p> <p>▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.</p>
<p>Plano de Benefícios I afastados por doença ou acidente em 1º/1/2003 e que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios a partir de 1º/2/2003, a diferença, se positiva, de que trata o subitem 28.2.3, será atualizada desde 1º/5/2001 até o mês que antecede a data de vinculação a este Plano de Benefícios, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.</p>	<p>Plano de Benefícios I afastados por doença ou acidente em 1º/1/2003 e que optarem por se vincular a este Plano de Benefícios a partir de 1º/2/2003, a diferença, se positiva, de que trata o subitem 27.2.3, será atualizada desde 1º/5/2001 até o mês que antecede a data de vinculação a este Plano de Benefícios, com base na variação do INPC, acrescida de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.</p>	
<p>A Fundação providenciará a alocação da Reserva Matemática Individual apurada nos termos do item 28.2, observado o disposto no subitem 28.3.1, da seguinte forma:</p> <p>I 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante até a data da opção de que trata o item 28.1 serão creditados na Conta Inicial prevista na alínea (c) do subitem 11.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II o valor constante dos subitens 28.2.3, 28.2.4, 28.2.5 ou 28.2.6, conforme o caso, será creditado na Conta Específica prevista na alínea (c) do subitem 11.1.2 deste Regulamento.</p>	<p>A Fundação providenciará a alocação da Reserva Matemática Individual apurada nos termos do item 27.2, observado o disposto no subitem 27.3.1, da seguinte forma:</p> <p>I 100% (cem por cento) do total das contribuições efetuadas pelo Participante até a data da opção de que trata o item 27.1 serão creditados na Conta Inicial prevista na alínea (c) do subitem 11.1.1 deste Regulamento;</p> <p>II o valor constante dos subitens 27.2.3, 27.2.4, 27.2.5 ou 27.2.6, conforme o caso, será creditado na Conta Específica prevista na alínea (c) do subitem 11.1.2 deste</p>	

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		Regulamento.	
28.3.1	Para o Participante de que trata o subitem 28.2.2, o valor previsto no inciso II do item 28.3 corresponderá à diferença entre a Reserva Matemática Individual e as contribuições referidas no inciso I do item 28.3 deste Regulamento.	27.3.1 Para o Participante de que trata o subitem 27.2.2 , o valor previsto no inciso II do item 27.3 corresponderá à diferença entre a Reserva Matemática Individual e as contribuições referidas no inciso I do item 27.3 deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.4	As disposições constantes no Capítulo XII deste Regulamento estarão disponíveis aos Participantes deste Plano de Benefícios na data estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Fundação.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações).
28.5	Excepcionalmente, será assegurado ao Participante, em 1º/1/2003, promover as primeiras opções pelo disposto nos itens 10.1 e 10.2 em datas diversas daquelas estabelecidas nos referidos itens, respeitado o prazo e a forma fixados pelo Conselho Deliberativo da Fundação.	27.4 Excepcionalmente, será assegurado ao Participante, em 1º/1/2003, promover as primeiras opções pelo disposto nos itens 10.1 e 10.2 em datas diversas daquelas estabelecidas nos referidos itens, respeitado o prazo e a forma fixados pelo Conselho Deliberativo da Fundação.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.5.1	As Contribuições devidas a este Plano de Benefícios iniciarão no mês do ingresso do Participante.	27.4.1 As Contribuições devidas a este Plano de Benefícios iniciarão no mês do ingresso do Participante.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
				(Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.6	Será facultado aos empregados de Patrocinadora, na data de início de vigência deste Regulamento, que não ingressaram no Plano de Benefícios I, o direito de ingressar neste Plano de Benefícios.	27.5	Será facultado aos empregados de Patrocinadora, na data de início de vigência deste Regulamento, que não ingressaram no Plano de Benefícios I, o direito de ingressar neste Plano de Benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.6.1	O ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios, deverá ser solicitado pelo interessado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início de vigência deste Regulamento.	27.5.1	O ingresso na Fundação, neste Plano de Benefícios, deverá ser solicitado pelo interessado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início de vigência deste Regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7	O Participante em gozo de Benefício de renda mensal por este Plano de Benefícios, na data da aprovação pelo órgão público competente deste dispositivo regulamentar, ressalvado o disposto no subitem 28.8.9, poderá optar por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, para uma renda mensal	27.6	O Participante em gozo de Benefício de renda mensal por este Plano de Benefícios, na data da aprovação pelo órgão público competente deste dispositivo regulamentar, ressalvado o disposto no subitem 27.7.9, poderá optar por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, para uma renda mensal	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.		correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.	
28.7.1	A opção prevista no item 28.7 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da comunicação da Fundação dessa alternativa e sua efetivação pela Fundação dependerá da celebração de instrumento particular de transação, que ocorrerá no mês subsequente ao da opção do Participante.	27.6.1	A opção prevista no item 27.6 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da comunicação da Fundação dessa alternativa e sua efetivação pela Fundação dependerá da celebração de instrumento particular de transação, que ocorrerá no mês subsequente ao da opção do Participante.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.2	Para o Participante que receber Benefício na forma de renda mensal vitalícia, será considerado como Saldo de Conta Total o valor da Reserva Matemática Individual apurada no último dia do mês da opção do Participante por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, considerando, para esse efeito, as hipóteses atuariais vigentes na Data de Início do Benefício e a composição real de Dependentes do último dia do mês da opção, devidamente declarados pelo Participante na	27.6.2	Para o Participante que receber Benefício na forma de renda mensal vitalícia, será considerado como Saldo de Conta Total o valor da Reserva Matemática Individual apurada no último dia do mês da opção do Participante por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, considerando, para esse efeito, as hipóteses atuariais vigentes na Data de Início do Benefício e a composição real de Dependentes do último dia do mês da opção, devidamente declarados pelo	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Fundação.		Participante na Fundação.	
28.7.3	Para o Participante que tiver optado inicialmente pelo recebimento do Benefício por prazo determinado, será considerado para esse efeito o Saldo de Conta Total remanescente, apurado no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da opção do Participante por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício.	27.6.3	Para o Participante que tiver optado inicialmente pelo recebimento do Benefício por prazo determinado, será considerado para esse efeito o Saldo de Conta Total remanescente, apurado no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da opção do Participante por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.4	A opção pelo disposto no item 28.7 é de caráter irretratável.	27.6.4	A opção pelo disposto no item 27.6 é de caráter irretratável.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.5	Na hipótese de o Participante optar pelo disposto no item 28.7, poderá, anualmente, no mês de novembro, por escrito, alterar o percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	27.6.5	Na hipótese de o Participante optar pelo disposto no item 27.6 , poderá, anualmente, no mês de novembro, por escrito, alterar o percentual aplicado sobre o Saldo de Conta Total para vigorar no exercício seguinte.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.6	Caso o Participante não exerça a opção de que trata o subitem 28.7.5,	27.6.6	Caso o Participante não exerça a opção de que trata o subitem 27.6.5 ,	▪ Alteração em função da revogação do

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.		terá mantido para o exercício seguinte o mesmo percentual aplicado no exercício anterior.	Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.7	Ao optar pelo disposto no item 28.7, o Participante que anteriormente recebia o Benefício na forma de renda mensal vitalícia estará automaticamente alterando a forma de revisão dos valores dos Benefícios, passando a ser seu Benefício revisto de acordo com o disposto no item 21.2 deste Regulamento.	27.6.7	Ao optar pelo disposto no item 27.6, o Participante que anteriormente recebia o Benefício na forma de renda mensal vitalícia estará automaticamente alterando a forma de revisão dos valores dos Benefícios, passando a ser seu Benefício revisto de acordo com o disposto no item 20.2 deste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.8	A Pensão por Morte e o Abono Anual serão concedidos em conformidade com os critérios estabelecidos neste Regulamento.	27.6.8	A Pensão por Morte e o Abono Anual serão concedidos em conformidade com os critérios estabelecidos neste Regulamento.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.7.9	O disposto no item 28.7 e nos subitens subsequentes não se aplica ao Participante que esteja recebendo Benefício de Aposentadoria por	27.6.9	O disposto no item 27.6 e nos subitens subsequentes não se aplica ao Participante que esteja recebendo Benefício de Aposentadoria por	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
	Invalidez.		Invalidez.	consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.8	O Participante em gozo de Benefício de renda mensal por este Plano de Benefícios, na data da aprovação pelo órgão público competente desta alteração regulamentar, exceto o Participante que esteja recebendo Benefício de Aposentadoria por Invalidez, poderá optar por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, para uma renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.	27.7	O Participante em gozo de Benefício de renda mensal por este Plano de Benefícios, na data da aprovação pelo órgão público competente desta alteração regulamentar, exceto o Participante que esteja recebendo Benefício de Aposentadoria por Invalidez, poderá optar por alterar a forma de recebimento do respectivo Benefício, para uma renda mensal correspondente a um percentual entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 1% (um por cento) do Saldo de Conta Total.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.8.1	A opção prevista no item 28.8 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da Fundação dessa alternativa e sua efetivação pela Fundação dependerá da celebração de instrumento particular de transação, que ocorrerá no mês subsequente ao da opção do Participante.	27.7.1	A opção prevista no item 27.7 deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da Fundação dessa alternativa e sua efetivação pela Fundação dependerá da celebração de instrumento particular de transação, que ocorrerá no mês subsequente ao da opção do Participante.	▪ Alteração em função da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
28.8.2	O disposto nos subitens 28.7.2 a	27.7.2	O disposto nos subitens 27.6.2 a	▪ Alteração em função

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
28.7.9 aplica-se também ao Participante que optou pelo disposto no item 28.8.	27.6.9 aplica-se também ao Participante que optou pelo disposto no item 27.7 .	da revogação do Capítulo XII do Regulamento (Alocações) e consequente renumeração dos Capítulos e itens.
Este Regulamento, instituído em 1º de janeiro de 2003, com as alterações que lhe foram introduzidas, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação em 04/04/2007 em 11/06/2007 e pela Patrocinadora, entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo órgão público competente.	Este Regulamento, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação em XX/06/2016 , entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo órgão público competente.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração em decorrência da nova redação do Regulamento.